

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA**

Tiago Alves de Lima

**Relatos em anedotas:  
uma análise do segundo livro do *Kojiki***

**Porto Alegre**

**2014**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA**

**Relatos em anedotas:  
uma análise do segundo livro do *Kojiki***

**Aluno: Tiago Alves de Lima  
Orientador: Igor Salomão Teixeira**

**Porto Alegre  
2014**

Relatos em anedotas:  
uma análise do segundo livro do *Kojiki*

Trabalho de Conclusão de Curso aprovado para a obtenção do título de graduado do curso de História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (RS) pela banca examinadora formada por:

Porto Alegre, 10 de dezembro de 2014.

---

Prof. Dr. Igor Salomão Teixeira, UFRGS/RS

---

Prof. Dr. José Rivair Macedo, UFRGS/RS

---

Prof. Me. Andrei dos Santos Cunha, UFRGS/RS

## AGRADECIMENTOS

Agradeço aos meus professores de língua japonesa, Andrei Cunha e Tomoko Kimura, por me aproximarem dos estudos da língua e da cultura japonesas, a partir dos quais este Trabalho de Conclusão de Curso é fruto. Agradeço ao professor Igor Teixeira por me apresentar a versão traduzida do *Kojiki* e por me orientar neste TCC “maluco”, sempre com bom humor!

Agradeço à professora Cybele C. de Almeida pela oportunidade de ser seu bolsista, pelo conhecimento adquirido e pelos seus conselhos. Graças a ela, gosto muito de História Medieval!

Agradeço às minhas terapeutas da Clínica de Atendimento Psicológico da UFRGS, Mariana Silveira e Melina Feistler, por ouvirem meus desabaços e por me mostrarem o quão a Psicologia é maravilhosa e fascinante.

Agradeço aos (poucos) colegas do curso de História que eu apreciei durante a graduação: Bárbara Lauxen, Carlos Eugênio Negreiros, Emerson Flores, Amanda Ramos, Guilherme Masi, Gabriel Rolim, Aline Severo, Juarez Fraga, Lucas Porto, Adriano Bier e Wilson Chagas (o qual acho divertido, embora não concorde com suas ideias políticas).

Agradeço aos amigos e colegas da Letras/Japonês: Laura Stein, Karen Samá, Michelle Buss, Clara Petter, Fernanda Batista, Bruna Marchis, William Antoniazzi, Guilherme Castro, Thaiany Cardoso, Joana Uriartt, Maria Schwetner, Luiz Felipe Santos, Ana Pichini e tantos outros que provavelmente esqueci.

Agradeço aos intercambistas do Japão pelas ricas experiências culturais: Gakushi Yoshimoto, Minami Sato, Kyohei Achiwa, Yoshiteru Kawabe e Narumi Ito.

Agradeço aos meus amigos: Ricardo Cortez, Ery Mizushima, Kenzo Mizushima, Makoto Mizushima, Yutaka Mizushima, William Ferroni, Yuri Fialho, Yrana Fialho, Edgar Dias, Paulo Barcelos, Mariana Gonçalves, Rafael Barcelos, Bruno Barbosa,

Ao Osamu Mizushima e à Yumiko Mizushima, por me acolherem como um “filho” em momentos difíceis, por me ajudarem nos estudos da língua japonesa e por me oferecerem um ambiente calmo para os estudos,

Ao meu pai, à minha mãe e à minha irmã. Minha mãe, guerreira e brincalhona, mesmo com seus problemas, está sempre ajudando os próximos. Meu pai, mesmo sendo uma pessoa distante e séria, sempre batalhou pela minha família. Minha irmã caçula, sempre me motiva com sua alegria e me ensina coisas sobre a vida. Ao Jun Mizushima, meu cunhado e meu “irmão”.

**Resumo**

Este trabalho busca a compreensão da influência da historiografia chinesa, através das anedotas, para a construção da história da dinastia imperial japonesa presente no segundo livro da obra nipônica *Kojiki*.

Palavras-chaves: *Kojiki* – historiografia chinesa – narrativa histórica – história do Japão

**Abstract**

This monograph seeks the comprehension of the Chinese historiography influence, through anecdotes, for the construction of the Japanese imperial dynasty history embedded in the second book of Japanese work *Kojiki*.

Key-words: *Kojiki* – Chinese historiography – historical narrative – Japanese history

## SUMÁRIO

Introdução.....	7
1 - Narrativas históricas.....	12
1.1 – O tempo nas narrativas históricas.....	13
1.2 - Narrativas históricas do Extremo Oriente.....	14
1.3 - O tempo nas narrativas do Extremo Oriente.....	16
1.4 – As anedotas e “especulações” no <i>Kojiki</i> .....	19
2 - Japão: da formação até a compilação do <i>Kojiki</i> .....	19
2.1 - A formação do reino Yamato.....	20
2.2 - Expansão e auge do reino Yamato.....	21
2.3 - Crise do reino Yamato.....	23
2.4 - “Esclarecimento de Asuka”.....	26
2.5 - O golpe de 645 e as Reformas de Taika.....	30
2.6 - Ameaça externa e guerra civil.....	32
2.7 - Período Nara e a compilação do <i>Kojiki</i> .....	33
3 – A linhagem real do segundo livro do <i>Kojiki</i> .....	34
3.1 – Método de análise.....	34
3.2 - Rei Jinmu e outros oito reis lendários.....	35
3.3 – O rei Sujin.....	37
3.4 - Suinin, Keikô, Seimu e Chûai.....	40
3.5 – O rei Ôjin.....	42
3.6 – O <i>Kojiki</i> e a escrita da história chinesa.....	44
Considerações Finais.....	48
Referências.....	49

## Introdução

Este Trabalho de Conclusão de Curso aborda um assunto pouco explorado em trabalhos acadêmicos nos cursos de História no Brasil, e mais especificamente, na UFRGS: a história do Extremo Oriente. Quando se fala em Extremo Oriente, os primeiros países que vêm em mente são China e Japão. Neste TCC será abordada a história do Japão em seus tempos mais antigos, em um momento em que o Estado japonês esteve em processo de unificação baseados nos preceitos do budismo. Para isso, a fonte utilizada é a antiga obra literária chamada *Kojiki*<sup>1</sup>, que tem o xintoísmo como sua base de narrativa.

Antes de seguir adiante com as propostas deste Trabalho de Conclusão de Curso, acho necessário apresentar algumas justificativas e motivações para esta pesquisa. A minha escolha de fazer algo sobre a história japonesa é motivada pela minha apreciação da cultura japonesa. Desde a minha infância, eu admirava o Japão e a sua cultura. É de conhecimento geral que Japão possui uma cultura pop muito forte, e que tem como carros-chefes os mangás (histórias em quadrinhos) e animes (desenhos animados). Foi graças a essa cultura pop que eu me interessei pela cultura nipônica. Na Universidade, esta aproximação se estreitou bastante. Estudo a língua japonesa há quase três anos e, fazendo trocas culturais, tenho conversado com muitos intercambistas japoneses.

O meu conhecimento sobre o Japão tem amadurecido durante a vida acadêmica, o que resultou na ideia de fazer um Trabalho de Conclusão de Curso sobre a história japonesa. Entretanto, notei que trabalhos acadêmicos sobre a história do Extremo Oriente eram pouco comuns no curso de História. Analisando os trabalhos recentes, o único relacionado à história do Japão foi uma dissertação de mestrado defendida na UFRGS por Alexandre Fontoura dos Santos em 2011, sob a orientação da professora Carla Brandalise. Nessa dissertação, o autor apontou algumas das contribuições do confucionismo para a pacificação dos samurais no período Edo (séc. XVII-XIX), período histórico marcado pelo fechamento do Japão em relação ao exterior e também pela unificação bem-sucedida pelo clã Tokugawa<sup>2</sup>.

Neste ano, cursei a disciplina *O Extremo Oriente na Idade Média*, que foi disponibilizada no primeiro semestre, e a vontade de fazer o meu TCC sobre o Japão

---

<sup>1</sup> Conf. MIETTO, Luís Fábio Marchesoni Rogado. *Kojiki* ou “Relatos de Fatos do Passado”. Apresentação com Notas Analíticas da Mais Antiga Crônica Histórica Japonesa do Século VIII. 1996. Dissertação (Mestrado em História Social) – USP, 335f. Esta é a versão traduzida do *Kojiki*, utilizada para a elaboração deste TCC.

<sup>2</sup> Conf. SANTOS, Alexandre Fontoura dos. A contribuição do confucionismo para as inter-relações doutrinárias presentes no pensamento japonês durante a formação do Período Edo (Séc. XVII). 2011. Dissertação (Mestrado em História) - UFRGS, 172f.

aumentou. Apesar dos problemas enfrentados durante a disciplina, como a ausência e/ou dificuldade para realizar debates a partir das leituras realizadas, o curso ofereceu uma ótima fonte de pesquisa para a elaboração deste TCC, o *Kojiki*. Logo, a minha justificativa para o tema do meu trabalho é por causa da necessidade de elaborar pesquisas que envolvem a história do Extremo Oriente anterior ao período contemporâneo. Gostaria de contribuir nos estudos da história do Extremo Oriente e estimular outros estudantes do curso de História para que tenham interesse nesse assunto, e para que, futuramente, possam ser desenvolvidos mais trabalhos acadêmicos relacionados a esse tema.

O tema do meu Trabalho de Conclusão de Curso é a narrativa histórica da obra *Kojiki* (em japonês: 古事記), que é um conjunto de obras datado do ano de 710 d.C. Constituído de três livros, o *Kojiki* aborda a história do povo japonês desde a origem dos principais deuses da religião xintoísta, ou *shintô*, até a datação dos imperadores que estiveram no poder no período da publicação. A obra foi escrita por um funcionário do governo imperial, Ô no Yasumaro<sup>3</sup>.

Finalizado no início do Período Nara (710-794), o projeto de compilação do *Kojiki* começou décadas antes, durante o governo do imperador Tenmu (672-686). Constatando que havia erros e relatos falsos nas lendas e genealogias imperiais, o imperador Tenmu ordenou a um funcionário da corte, Hieda no Are<sup>4</sup>, que produzisse um novo relato do passado do povo japonês com o objetivo de corrigir os erros observados por ele. No entanto, no ano 686, o imperador Tenmu falece, e a tarefa de Hieda no Are, de compilar os relatos sobre o passado japonês, não é concluída. A obra é retomada vinte e cinco anos depois, durante o governo da imperatriz Genmei. Ela ordenou que Ô no Yasumaro encerrasse a compilação do *Kojiki*, e ele levou cerca de quatro meses para compilar a obra toda. A conclusão da obra em poucos meses poderia indicar a existência de documentos com conteúdo quase completo, produzidos por Hieda no Are, utilizados por Ô no Yasumaro para a elaboração dos livros<sup>5</sup> (CUNHA; SHIMON, 2013, p. 39).

O *Kojiki*, como afirmado anteriormente, é constituído em três livros. O prólogo está escrito em chinês clássico, enquanto o restante da obra é escrito em japonês (*man'yôgana*). Ainda na escrita japonesa, são utilizados dois tipos de adaptação dos caracteres chineses

<sup>3</sup> Ô no Yasumaro (morto em 723) era um estudioso oficial da corte da imperatriz Genmei. (CRANSTON, 2009, p. 464)

<sup>4</sup> Pouco se sabe sobre ele. No prefácio do *Kojiki* há uma menção sobre ele: “Hieda no Are, 28 anos, pessoa de inteligência superior, tinha a habilidade excepcional para memorizar tudo que via e ouvia” (CUNHA; SHIMON, 2013, p. 38).

<sup>5</sup> Os mesmos documentos produzidos por Hieda no Are foram utilizados para a compilação do *Nihonshoki*, outra obra que trata da história do povo japonês. O *Nihonshoki* é concluído em 720 d.C., oito anos depois do *Kojiki* (CUNHA; SHIMON, 2013, p. 38)

(*kanji*): alguns deles representam fonemas japoneses; outros, a palavra japonesa de mesmo significado que a representação chinesa que veio a evoluir nos séculos seguintes, dando origem à escrita cursiva *kana* (CUNHA; SHIMON, 2013, p. 39).

Cada livro aborda um período da história do povo japonês. O primeiro livro trata da origem do mundo e dos deuses, além da narração de histórias da mitologia japonesa. É necessário lembrar que os deuses presentes no *Kojiki* são da religião *shintô*, o que poderia ser controverso devido à forte influência do budismo no período da compilação. Mas isso era um sinal do sincretismo religioso presente no território japonês em um período de contatos culturais entre Japão e China. Além disso, o Japão foi fundado com as bases do xintoísmo, e o *Kojiki* se transformou em um dos livros mais importantes para a religião xintoísta. O segundo livro narra a trajetória dos quinze primeiros imperadores do Japão. Alguns dos imperadores citados nesta parte são de caráter lendário, sem nenhuma comprovação arqueológica de suas existências. O terceiro livro, que completa a obra, apresenta a história dos dezesseis imperadores seguintes, todos com comprovação de existência através de documentos e evidências arqueológicas.

Mais do que uma obra que objetiva corrigir os erros cronológicos apontados pelo imperador Tenmu, o *Kojiki* foi criado para ser um instrumento de legitimação do poder imperial. A produção de uma “história oficial” do povo japonês justifica e legitima o governo imperial, indicando uma cronologia extensa e contando a história da origem dos imperadores japoneses, descendentes dos deuses (HENSHALL, 2011, p. 33).

Para o Trabalho de Conclusão de Curso, a leitura do *Kojiki* foi feita a partir de uma dissertação de mestrado defendida na Universidade de São Paulo por Luís Fábio Marchesoni Rogado Mietto. Nessa dissertação Mietto propôs uma tradução dos livros do *Kojiki*, além de notas explicativas sobre toda a obra. Ele defendeu em 1996 e produziu alguns artigos para a revista *Estudos Japoneses*, da Universidade de São Paulo, todos referentes ao *Kojiki*, a partir das pesquisas que ele havia realizado para a produção da sua dissertação<sup>6</sup>.

A dissertação está dividida em duas partes. A primeira é referente à contextualização do período em que a obra foi produzida, além de notas analíticas para uma melhor compreensão da obra. A segunda parte apresenta a proposta de tradução dos três livros. Os três livros juntos totalizam duzentos e cinquenta páginas. A tradução da obra contida nessa

---

<sup>6</sup> Mietto produziu três artigos para a revista *Estudos Japoneses*. O primeiro aborda os estudos sobre o prefácio do *Kojiki* (MIETTO, 1993, p. 99-109). O segundo artigo faz uma comparação das representações da morte no *Kojiki* e nas narrativas clássicas gregas (MIETTO, 1994, p. 43-62). O último artigo trata da mitologia clássica japonesa presente no primeiro tomo do *Kojiki* (MIETTO, 1995, p. 67-94).

dissertação de mestrado é a fonte que utilizei para a elaboração deste Trabalho de Conclusão de Curso.

Como afirmado anteriormente, o tema da pesquisa neste TCC é o estudo da narrativa histórica do *Kojiki*. A proposta é analisar o segundo livro que relata a vida dos imperadores. Muitos deles viveram durante os dois períodos históricos seguintes: Kofun (250 d.C.-592 d.C.) e Asuka (592 d.C.-672 d.C.). Essa divisão temporal se baseia em características específicas desses períodos. Por exemplo, o período Kofun (em português, “túmulos antigos”) é marcado pelos grandes túmulos dos reis de Yamato (BROWN, 2009, p. 108).

Nas leituras sobre os acontecimentos que antecedem a produção do *Kojiki*, alguns dados chamam atenção. Autores como Kenneth Henshall e Delmer M. Brown<sup>7</sup> indicam uma datação de reinados dos imperadores japoneses que eram diferentes das que o *Kojiki* mostra. A obra apresenta datas de reinados com uma diferença de décadas em relação ao que a documentação e as evidências arqueológicas indicam. Por exemplo, o imperador Sujin, dito como o décimo imperador do Japão no *Kojiki*, tem sua data de morte como sendo 258 d.C. na obra. Entretanto, Henshall fala que pesquisas arqueológicas revelaram que a data mais provável de sua morte foi em 318 d.C., durante o período Kofun, mostrando uma diferença de 60 anos<sup>8</sup>. Em uma obra lançada no mesmo período que o *Kojiki*, o *Nihonshoki*, a data considerada como a da morte desse mesmo imperador é ainda mais antiga, em 30 d.C. (HENSHALL, 2011, p. 27). Diante disso, recolhi esses dados com mais outros que achei nas leituras e na obra e elaborei o meu problema de pesquisa: qual seria o motivo dessa diferença de datas entre o *Kojiki*, a documentação e as pesquisas arqueológicas?

Diante dessa pergunta, segui minhas leituras e cheguei a uma hipótese. O imperador Sujin é o primeiro imperador japonês da dinastia com a existência comprovada através das pesquisas arqueológicas. Sua morte é datada na primeira metade do período Kofun. No início desse período, inicia-se o processo de contato entre o Japão e a China, permitindo que o Japão importasse muitos aspectos da cultura chinesa, entre os quais está a escrita chinesa, as práticas culturais e a filosofia. Mais adiante, no período Asuka, com adoção da escrita pela corte japonesa, cria-se o hábito da documentação de dados administrativos do império japonês, o que permite elaborar documentos sobre os imperadores e outras tarefas da corte (CRANSTON, 2009, p. 456). A escrita foi, então, uma forma de preservação da memória, e a outra forma, também trazida ao Japão, foi o relato oral, o qual também era comum na China.

---

<sup>7</sup> No capítulo 2: *The Yamato Kingdom*, Delmer M. Brown traz uma série de pesquisas arqueológicas sobre os túmulos dos grandes reis de Yamato (BROWN, 2009, p. 108-62).

<sup>8</sup> Henshall não especifica quais pesquisas apontam essa evidência.

Além disso, como na China havia obras que abordavam a sua origem, uma das ideias importadas foi a necessidade da criação de livros que tratassem da história do povo e de seu território, contando suas origens, desde as divindades até os dias atuais. Essa foi a reivindicação do imperador Tenmu. Mas não apenas contar a origem, também era necessária uma obra que sustentasse a legitimidade do poder imperial. Para isso, era importante demonstrar que havia uma antiga árvore genealógica imperial que descendia dos deuses. Logo, a minha hipótese é de que a diferença de datas que o *Kojiki* apontava, comparada com a documentação e pesquisas arqueológicas, poderia sugerir que essa diferença de tempo foi proposital para dar extensão cronológica ao poder imperial japonês. Ou seja, indicava uma ancestralidade mais antiga ao que de fato foi, como um instrumento de legitimação do poder do imperador japonês<sup>9</sup>.

Para a construção do meu Trabalho de Conclusão de Curso, elaborei três capítulos para a explicação do meu problema de pesquisa e da hipótese para a sua resolução. O primeiro capítulo é sobre as narrativas históricas. O propósito é abordar o tempo nas narrativas históricas e o uso de anedotas e “especulações” nas narrativas medievais do Extremo Oriente. Embora a periodização do tempo na história do Japão seja diferente da periodização europeia, os estilos de narrativa histórica do período clássico japonês têm suas semelhanças com a narrativa europeia. Usei referências teóricas variadas para a elaboração de um método de análise da fonte. Utilizei referências de autores que abordam a narrativa ocidental, como Paul Ricoeur<sup>10</sup>, e a narrativa oriental, como Jack W. Chen<sup>11</sup> e Shuichi Kato<sup>12</sup>.

O segundo capítulo trata do contexto histórico que antecede a produção do *Kojiki*. Inicialmente, a delimitação temporal planejada neste capítulo era do período Asuka ao início do período Nara, correspondendo aos anos de 592-712. A data de término em 712 se justifica por ser o ano da finalização do *Kojiki*. Entretanto, após leituras de trabalhos como os de Brown, Beasley, Mitsudada<sup>13</sup> e entre outros, além de uma análise na fonte, resolvi fazer um recuo temporal para o início do século IV, para abranger o período Kofun. Esta decisão se baseia na comparação de datas do *Kojiki* com as leituras referentes ao Japão Clássico. Além

---

<sup>9</sup> Para maior conhecimento sobre a escrita da história na China Antiga, conf. CHEN, Jack W. *Blank Spaces and Secret Histories: Questions of Historiographic Epistemology in Medieval China*. In: **The Journal of Asian Studies**. Cambridge, Cambridge University Press, 2010. Conf. CHEN, Jack W. *Idle Talk: Gossip and Anecdote in Traditional China*. Berkeley: Global, Area, and International Archive and the University of California Press, 2013.

<sup>10</sup> Conf. RICOEUR, Paul. **Tempo e narrativa**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010. Vol. 3.

<sup>11</sup> Conf. CHEN, Jack W. *Blank Spaces and Secret Histories: Questions of Historiographic Epistemology in Medieval China*. In: **The Journal of Asian Studies**. Cambridge, Cambridge University Press, 2010.

<sup>12</sup> Conf. KATO, Shuichi. **Tempo e espaço na cultura japonesa**. São Paulo: Estação Liberdade, 2012.

<sup>13</sup> Conf. MITSUDADA, Inoue. BROWN, Delmer W. *The century of reform*. In: **The Cambridge History of Japan: Volume 1 Ancient Japan**. Cambridge: Cambridge University Press, 2009.

disso, neste capítulo será mostrado o contexto histórico da China e da Coreia em contraponto ao do Japão. A inserção da China neste capítulo é importante, pois a história japonesa está interligada à sua história. O contato dos japoneses com os chineses começou nesse período através da península coreana e a partir de confrontos militares. É importante frisar que, naquele momento, a civilização chinesa era mais avançada se comparada à japonesa, pois havia uma produção intelectual e tecnológica mais desenvolvida; as cidades eram populosas e havia um sistema burocrático sólido<sup>14</sup>. Com essa condição, o Japão importou muitos hábitos culturais para a formação de sua sociedade. Neste capítulo, abordo as mudanças do Japão ao longo dos séculos, apontando algumas mudanças culturais e reformas administrativas para a solidificação da máquina burocrática. No final deste capítulo, faz-se uma aproximação com a obra analisada neste trabalho, o *Kojiki*.

O terceiro capítulo é dedicado à análise da narrativa histórica do *Kojiki*. Neste capítulo, o segundo livro, que apresenta os primeiros reis, é analisado, apresentando excertos e comparando-os entre si. Também foi desenvolvida a hipótese sobre as diferentes datações, procurando trazer alguns aspectos da história do Japão discutidos no capítulo anterior e a influência da historiografia chinesa do período. Gostaria de ressaltar que não pretendo explorar toda a linhagem imperial japonesa, mas apenas os imperadores narrados no segundo tomo da obra.

Uma última observação sobre a bibliografia utilizada: procurei mesclar algumas obras traduzidas em português e outras em inglês. Apesar de eu estudar a língua japonesa há quase três anos resolvi não incluir obras históricas em língua japonesa por dois motivos: ausência de conhecimento teórico mais aprofundado sobre a historiografia e sobre os historiadores japoneses e a falta de verba para investir na compra dessas obras. No entanto, encontrei boas obras na língua inglesa sobre a história e sobre a literatura japonesa do período analisado. Além disso, foram usadas obras sobre antropologia para um melhor entendimento da cultura nipônica. Apesar dessas dificuldades, ressalto novamente que a proposta desse Trabalho de Conclusão de Curso é estimular a produção de pesquisas científicas sobre o Japão e o Extremo Oriente.

## 1 - Narrativas históricas

---

<sup>14</sup> Sobre China, duas obras foram utilizadas para este trabalho e são as bases de estudos da história chinesa. Conf. FAIRBACK, John King. GOLDMAN, Merle. **China: uma nova história**. Porto Alegre: L&PM Editores, 2008. Conf. ROBERTS, J. A. G. **História da China**. Lisboa: Edições texto & grafia, 2012.

Este capítulo trata, de modo mais específico, das narrativas históricas e de como foi, do ponto de vista metodológico, realizada a leitura do *Kojiki*. É necessário entender como são elaboradas e estruturadas as obras que pretendem contar a história de origem de um povo. Na primeira parte do capítulo é apresentada uma síntese para conceituação sobre o tempo nesse tipo de narrativa. Na segunda parte do capítulo, as narrativas históricas orientais são abordadas atentando para o uso de fontes orais e para o conceito de tempo dos chineses e japoneses, os quais ajudaram na reflexão sobre a narrativa histórica do *Kojiki*.

### **1.1 – O tempo nas narrativas históricas**

Nesta seção, vamos abordar a concepção de tempo geralmente presente nas narrativas históricas.

Paul Ricoeur, em sua obra *Tempo e Narrativa*, fala da constituição de um tempo global chamado *tempo mítico*. Há uma conjunção nesse tempo mítico entre o *mito* e o *rito*, sendo que o *mito* alarga o tempo e o espaço para relatar acontecimentos únicos, enquanto o *rito* narra acontecimentos comemorativos que ocorrem de uma forma cíclica, como é o caso das datas festivas. Dessa forma, o rito traz o tempo mítico para a esfera mundana da vida e da ação (RICOEUR, 2010, p. 179-80). Ainda segundo o autor, há três tipos de tempo: o tempo psíquico, o tempo cósmico e o tempo do calendário (RICOEUR: 2010, p. 180). O primeiro se refere ao tempo vivido; o segundo, ao tempo físico; e o terceiro permite a medição do tempo, além do posicionamento do homem (com seu tempo psicológico) perante o tempo físico. Além disso, o tempo do calendário realizou a organização das datas comemorativas de caráter religioso ou civil. Assim, Ricoeur conclui que o tempo do calendário “cosmologiza o tempo vivido e humaniza o tempo cósmico. É assim que contribui para reinscrever o tempo da narrativa no tempo do mundo” (2010, p. 184).

O calendário é uma forma de medir o tempo histórico. Há outra forma, que é a prática da sequência de gerações. Essa medição se baseia na combinação entre substituição (sucessiva) e estratificação (simultânea). Um exemplo clássico são os relatos de ancestrais que contam o passado para seus sucessores. Ricoeur relata que o uso da sequência de gerações como unidade de medição do tempo gerou duas consequências. A primeira é o lugar da morte na escrita da história, de um significado ambíguo que mistura a intimidade da mortalidade do homem e o caráter público da substituição dos mortos pelos vivos, gerando a morte anônima, que é o ponto de atrelamento de toda a rede relacionada à noção de contemporâneos,

predecessores e sucessores (RICOEUR, 2010, p. 195-96). A segunda consequência é mais notável quando o seu sentido for adquirido por meio de uma análise posterior do vestígio histórico, que é o sentido simbólico das sequências de gerações. Isso porque a vertente biológica da sucessão de gerações é minimizada, enquanto a vertente simbólica da conexão do reino dos contemporâneos com seus predecessores e sucessores tem mais destaque nessas análises. Os ancestrais e os sucessores são *outros*, carregados de um simbolismo opaco, cuja figura vem ocupar o lugar de um Outro, totalmente Outro, totalmente diferente dos mortais (RICOEUR, 2010, p. 197). Logo, a sucessão de gerações perde o seu caráter biológico (uma árvore genealógica) para adquirir um caráter simbólico, de servir como uma contagem temporal que se sucedem. Por exemplo, uma dinastia específica de monarcas que reinaram um país específico. A sucessão de gerações de reis serve como uma contagem do tempo real.

## 1.2 - Narrativas históricas do Extremo Oriente

As narrativas históricas e a literatura no Extremo Oriente são tão antigas quanto as narrativas ocidentais gregas. As primeiras obras que tratam da narrativa histórica foram escritas na China em meados dos séculos VI a.C. No Japão, as primeiras obras desse gênero surgiram posteriormente, no século VIII, e as mais conhecidas são: o *Kojiki*, de 712; e o *Nihon Shoki*, de 720<sup>15</sup>.

A literatura japonesa entre os séculos VIII e XII foi muito influenciada pela estética e pela filosofia chinesas. O *Kojiki*, objeto de pesquisa neste trabalho, enquadra-se neste contexto. Por isso, consideramos importante apresentar a historiografia chinesa que influenciou essas obras.

Jack W. Chen é um dos historiadores que pesquisam a importância das anedotas e das “especulações<sup>16</sup>” na construção das narrativas históricas chinesas<sup>17</sup>. Para entendermos melhor esse argumento é necessário distinguir os dois conceitos utilizados pelo autor. A

---

<sup>15</sup> Cranston aponta que, de acordo com o *Nihonshoki*, o rei Shôtoku e Soga no Umako produziram a primeira obra que trata da história japonesa. No entanto, esse livro foi perdido devido a dois eventos: o incêndio na mansão dos Soga em 645 e a guerra civil de 672. Na década de 680, o imperador Tenmu retoma o projeto de compilação da história do Japão que, décadas depois, resulta no *Kojiki* e no *Nihonshoki* (CRANSTON, 2009, p. 458).

<sup>16</sup> O termo utilizado em inglês é “*gossip*”, que seria, em tradução literal, “fofoca”. No entanto, preferi utilizar a palavra “especulação”, mais de acordo com o conteúdo do artigo.

<sup>17</sup> Conf. CHEN, Jack W. *Blank Spaces and Secret Histories: Questions of Historiographic Epistemology in Medieval China*. In: **The Journal of Asian Studies**. Cambridge, Cambridge University Press, 2010. Além desse artigo, Chen produziu uma obra sobre o mesmo assunto. Conf. CHEN, Jack W. *Idle Talk: Gossip and Anecdote in Traditional China*. Berkeley: Global, Area, and International Archive and the University of California Press, 2013.

“**especulação**” é o modo particular de fala, aquele que toma lugar na “intersecção do social e o individual”, ou seja, são informações e julgamentos morais que são trocados dentro da sociedade (CHEN, 2010, p. 1072). As chamadas “especulações” eram uma prática comum na sociedade chinesa de transmissão oral de histórias que envolviam, no âmbito privado, certas personalidades e que podiam envolver valores morais nesses relatos. A **anedota** é similar à “especulação”, porém, trata de um conhecimento particular, muitas vezes relatados em biografias que trazem certos aspectos da pessoa comentada. O que diferencia a anedota da “especulação” é o fato de a anedota ser um gênero de discurso, não um modo de discurso, como é caracterizada a “especulação”, e a forma da narrativa de uma anedota é o que a define (CHEN, 2010, p. 1073). Isso quer dizer que as anedotas são definidas pela forma de sua narrativa, e são similares às “especulações” por tratarem de um conhecimento específico, referente à vida particular de uma pessoa.

O uso de “especulações” e anedotas começa nas primeiras produções historiográficas da China atribuídas a Confúcio. Durante sua vida, Confúcio produziu, além dos *Analectos*, mais cinco obras conhecidas como “os cinco clássicos” (POCESKI, 2013, p. 47): *Livro das Mutações (Yì Jīng)*, *Livro dos Documentos (Shū Jīng)*, *Clássico das Canções (Shī Jīng)*, *Três Rituais (San Lǐ)* e *Anais de Primavera e Outono (Chūn Qiū)*. Dentre suas obras, são consideradas historiográficas os *Analectos*, o *Livro dos Documentos* e os *Anais de Primavera e Outono*.

O pensamento confuciano apontava que os escribas<sup>18</sup> do passado poderiam ter deixado lacunas em branco, além de não fazer o uso de adivinhações e especulações, porque não tinham o conhecimento necessário para corrigir as falhas dos personagens. No entanto, quando o escriba recuperava uma escritura fragmentada, ele não a reconstituía ao seu estado original, mas substituía a parte fragmentada pela ficção (CHEN, 2010, p. 1074).

O que hoje é chamado de história da historiografia foi, no início da China, intimamente ligado à história do conhecimento clássico (CHEN, 2010, p. 1074). Indo mais além, era difícil separar a historiografia do conhecimento clássico. Os valores morais da obra *Analectos*, de Confúcio, serviram como base intelectual. Por outro lado, enquanto os antigos escribas indicavam a sua falta de conhecimento através do silêncio, Confúcio usou a omissão como um ato de seleção de informações. Após sua morte, houve uma explosão de textos baseados em seus ensinamentos, mas todos com um problema em comum: em vez de complementar o conhecimento confuciano, os autores desses textos pretendiam ser os

---

<sup>18</sup> Chen fala que os escribas eram chamados de *shi* (CHEN, 2010, p. 1074). Na língua japonesa, o kanji *shi* (史) significa História (Dicionário Prático Japonês-Português Michaelis, 2012, p. 410).

detentores do verdadeiro conhecimento. Isso prejudicou o conhecimento confuciano, pois surgiram teorias heterodoxas que não contribuíram em acréscimo ao pensamento confucionista e permitiu o crescente uso das “especulações” (CHEN, 2010, p. 1074-75).

Para o preenchimento desse tipo de espaço “em branco” nas narrativas, os escribas utilizavam as “especulações”. As obras de história comuns naquela época eram biografias de personalidades do mundo da política chinesa, como, por exemplo, as narrativas de Meng Haoran (CHEN, 2010, p. 1080-81) e Li Yi (CHEN, 2010, p. 1082). Nesse ponto, no entanto, as “especulações” entravam no âmbito privado, o que poderia colocar o sujeito abordado na biografia em situações difamatórias, como escândalos de traição conjugal e de práticas consideradas como imorais. Chen aponta que parte dessas fontes utilizadas pelos escribas eram obtidas por meio de uma rede de relacionamentos locais com indivíduos e grupos que compartilhavam informações entre si, e poderiam indicar narrativas diferentes de um mesmo fato (CHEN, 2010, p. 1087).

Os historiadores chineses da dinastia Song (960-1279) tentaram seguir os antigos ensinamentos de Confúcio, utilizando anedotas que poderiam levantar suspeitas de sua veracidade, mas, ao mesmo tempo, esconder fatos secretos que não podiam ser relatados, como, por exemplo, a narrativa de Li Yi, que conta seus casos amorosos. Essa narrativa possui uma ambivalência na narrativa motivada pela falta de confiabilidade das anedotas utilizadas (CHEN, 2010, p. 1088). Mas isso criava a possibilidade de outros escribas serem seduzidos a preencherem as lacunas com especulações (CHEN, 2012, p. 1088). Percebe-se que havia a coexistência dos ensinamentos de Confúcio sobre a historiografia e o uso das “especulações” e anedotas.

### **1.3 - O tempo nas narrativas do Extremo Oriente**

No leste asiático, as concepções de tempo eram calcadas nas transformações da natureza e nos ensinamentos religiosos. Shuichi Kato (2012), em sua obra *Tempo e Espaço na cultura japonesa*, trabalhou alguns conceitos de tempo de algumas civilizações, seja ocidental seja oriental. Mas vamos estudar só os casos da China e do Japão, que são os pontos principais para o entendimento da análise.

Segundo Kato, a concepção de tempo na China antiga era de um tempo cíclico. Os pensadores chineses entendiam que acontecimentos históricos se repetiam periodicamente, como, por exemplo, o período que vai da prosperidade ao declínio. Entretanto, enquanto os

filósofos helenistas atribuíam as transformações do tempo aos movimentos de corpos celestes, os filósofos chineses alegavam que o tempo se modificava por meio da constituição da sociedade humana (KATO, 2012, p. 37-38). Há o contraste entre visão histórica cíclica e a consciência dos acontecimentos entre o céu e a terra (a natureza) que, segundo os antigos chineses, seguiam em linha reta. Isso significa que o tempo é infinito, mas os seres que existem entre o céu e a terra nascem e morrem, não se repetindo (KATO, 2012, p. 39). A natureza é infinita, logo o tempo também é infinito. Exemplos de narrativas estão nas obras de Confúcio.

Com a introdução do budismo na China em meados do século III, o conceito de tempo ganha novos significados. O budismo apresenta cinco visões sobre tempo. O budismo *mahayana*<sup>19</sup> traz a ideologia *samsara*, que conceitua o tempo como uma sucessão sem limite., porque, segundo essa ideologia, a vida e a morte se repetem sem cessar<sup>20</sup>. No entanto, a vida anterior e posterior não são iguais, como, por exemplo, a alma de um monge budista poderia se reencarnar em um búfalo. A *samsara* sugeria um tempo meio cíclico e meio retilíneo (KATO, 2012, p. 40). Posteriormente surge a crença de Maitreya<sup>21</sup>, que sugere uma noção de ciclo temporal sem início, mas com um fim. Segundo a crença, Maitreya meditaria no céu para, um dia, aparecer na terra e salvar todos os seres humanos. Semelhante ao princípio do retorno de Cristo no Ocidente, a crença de Maitreya se enquadra numa teoria escatológica (KATO, 2012, p. 41). A terceira vertente do budismo, a ideologia escatológica do “Fim da Lei de Buda”<sup>22</sup>, propõe a divisão do tempo em três partes: a primeira, que inicia com a morte de Sakyamuni e com a prática correta de seus ensinamento (*shôbô*), que duraria cerca de quinhentos anos; a segunda fase, na qual é transmitido um ensinamento próximo ao correto (*zôhô*), que duraria mil anos; e o terceiro período, o Fim da Lei de Buda (*mappô*), que duraria cerca de mil anos. Diferente da crença de Maitreya, a ideologia do “Fim da Lei de Buda”

<sup>19</sup> Originada no norte da Índia, viajou pela Ásia Central, chegando ao norte da China, na península coreana e o arquipélago japonês. O budismo mahayana absorveu vários conhecimentos de crenças populares indianas e, em sua trajetória para o leste, recebeu influências culturais de cada região e se desenvolveu por completo no nordeste da Ásia. No entanto, havia incompatibilidade de modos de pensar dentro do budismo mahayana, porque cada linha de pensamento era pertencente a culturas diferentes (KATO, 2012, p. 40). Além disso, os monges budistas da tradição mahayana se distinguiam das escolas anteriores do budismo, rotuladas pejorativamente de Hinayana (pequeno veículo). A tradição mahayana se tornou a orientação predominante do budismo chinês (POCESKI, 2012, p. 146).

<sup>20</sup> Conf. TRAUTMANN, Thomas R. *Does India Have History? Does History Have India?* In: *Comparative Studies in Society and History*, 2012. Neste artigo, Trautmann afirma que a concepção linear na cultura indiana foi tratada no Ocidente, no século XXI, como uma perspectiva a-histórica para aquela sociedade.

<sup>21</sup> Surgiu no período das Seis Dinastias do norte da China (265-589). Maitreya (Miroku, em japonês) foi um *bodhisattva* (pessoa que se aprimora em busca do satori, a iluminação) a quem fora prometido a iluminação após Sakyamuni (Sidarta Gautama, o Buda). Maitreya desceria a este mundo 5,67 bilhões de anos depois da morte de Buda para salvar todos os seres vivos (KATO, 2012, p. 400).

<sup>22</sup> Surgiu na China durante a dinastia Tang e também esteve em voga no final da Era Heian, período conhecido como do “governo dos imperadores aposentados” (*Insei*) (sécs. XI-XII).

possui um início, mas não tem um fim definido. Além de uma duração eterna, o *mappô* segue em processo de decadência, sem perspectiva de futuro para a civilização e com um declínio contínuo e eterno do budismo, o que lhe dá uma perspectiva antiprogredista (KATO, 2012, p. 41-42). A quarta vertente traz um modo de pensar que apresenta o espaço-tempo como “vazio”, e sua distância temporal como espacial é apenas uma forma de manifestação da realidade. A última vertente do budismo expõe a unidade do universo como uma forma de manifestação do tempo, no qual o passado, presente e futuro são eternos (KATO, 2012, p. 42-43). Essa duas últimas vertentes trazem uma noção de tempo infinito e que segue em linha reta.

Segundo Kato, na cultura japonesa há três conceitos de tempo. O primeiro conceito seria o de tempo cíclico, sem um começo nem um fim definido. Um exemplo de obra que contém essa concepção de tempo é o *Kojiki*, que narra os acontecimentos desde os princípios da humanidade até a linhagem real da imperatriz Suiko. Na obra, há passagens da formação dos primeiros deuses, que surgem no rompimento entre o céu e a terra. Nessa divisão não há um agente causador, indicando que foi algo espontâneo. Além disso, o céu e a terra já existiam desde o início da obra, o que aponta que não havia um ponto inicial da formação do mundo. Outro detalhe importante é que o fato de a obra terminar com os relatos do governo da imperatriz Suiko, não quer dizer que a linhagem real termina nela. Pelo contrário, esse é ponto de conclusão da obra e que expõe a ideia de uma dinastia real eterna (KATO, 2012, p. 44-45). É perceptível que essa concepção temporal se assemelha a algumas vertentes do budismo com um tempo cíclico sem início nem fim.

Outra concepção de tempo japonesa é baseada nas estações do ano. Esse conceito é de origem cultural e perceptível em algumas obras como *Makura no Sôshi* (*O livro do travesseiro*) e nos primeiros volumes do *Kokin'wakashû* (*Antologia de poemas waka de outrora e de hoje*). O tempo baseado nas estações traz a ideia de um tempo cíclico sem começo nem fim, dividido em quatro estações. Camponeses do Japão utilizam essa divisão temporal por estações para os trabalhos de semeadura, de extração de ervas daninhas, de colheita, etc. Essas medidas foram adotadas para a lavoura, pois as condições climáticas para a agricultura japonesa eram diferentes das condições do Sudeste Asiático, que possuíam altas temperaturas e alta umidade (KATO, 2012, p. 49-50). Mais tarde, a corte do período Heian (794-1185) adota a percepção da vida agrária na estética literária, gerando as obras citadas anteriormente.

A última concepção temporal se refere ao ciclo da vida. Essa, diferente das duas anteriores, traz um sentido linear de tempo, com início e fim. Sua divisão é dada por três

etapas: mocidade, maturidade e senilidade. É uma linha temporal sem volta, que não pode ser vivida novamente. Seguindo um sentido linear, o tempo da vida pode estabelecer uma relação causal entre os acontecimentos. Isso também possibilita uma estruturação do tempo da vida por ser finito, diferente de um tempo histórico sem limites.

As três concepções de tempo para os japoneses apresentam diferenças entre si. O tempo histórico é uma linha reta sem começo e sem fim, o tempo cotidiano é um movimento cíclico sem começo nem fim, e o tempo universal da vida tem um início, meio e fim. Apesar das diferenças, os três tempos apresentam uma característica comum, que é a ênfase do “agora”. O “agora” pode se tornar o centro da realidade no eixo do tempo, pois o tempo flui infinitamente e dificilmente é captado. O que se apreende é o “agora”, pois o conhecimento pode se tornar obsoleto com o passar do tempo (KATO, 2012, p. 48). Por isso, os japoneses enfatizavam a sua vida no momento presente.

#### **1.4 – As anedotas e “especulações” no *Kojiki***

Como a narrativa do *Kojiki* se estrutura? Para entendermos essa questão, temos que utilizar os conceitos de anedotas e “especulações” citados anteriormente. A narrativa do *Kojiki* se constitui na construção de relatos de anedotas que contam histórias diversas de deuses e de reis japoneses. Essas anedotas também contam histórias que estão no âmbito privado, como é o caso dos romances do rei Ôjin. As especulações seriam as informações obtidas por Hieda no Are e por Ô no Yasumaro para a elaboração do *Kojiki*. Essas especulações aparecem sob a forma de poesias, pois são caracterizados como relatos orais. No terceiro capítulo, faremos uma análise das anedotas contidas no segundo livro da obra.

## **2 - Japão: da formação até a compilação do *Kojiki***

O objetivo deste capítulo é contextualizar os períodos da história japonesa conhecidos como Kofun (250 d.C.-592 d.C.), Asuka (592 d.C.-672 d.C.) e Nara (672 d.C.-794 d.C.). Esses períodos são marcados pela formação do Estado japonês (conhecido como reino Yamato), pelos contatos intensivos com os reinos da China e da Coreia, pela consolidação da autoridade imperial japonesa e pela formação cultural do povo nipônico por meio do contato com a civilização chinesa. Entendendo que a história do Japão está entrelaçada às histórias da China e da Coreia, procurei sincronizar os três contextos históricos, lembrando que a

dimensão geográfica de cada um não corresponde à atual, e que cada país era dividido em dois ou mais reinos.

## 2.1 - A formação do reino Yamato

O reino Yamato foi a primeira manifestação do que será chamado posteriormente de Japão<sup>23</sup>. Surgido na planície de Nara, no centro do território japonês, entre 250-300 d.C., o reino Yamato era caracterizado inicialmente pelas ornamentações de túmulos<sup>24</sup> dos “grandes reis” (*ôkimi*).

Na historiografia japonesa sobre o período de Yamato, pouco se sabia sobre a formação desse reino antes da Segunda Guerra Mundial, pois havia poucas fontes escritas sobre esse período. Numa época de um Japão nacionalista, havia a crença de que a linhagem imperial surgira de uma forma divina em tempos remotos. O pós-guerra permitiu que muitos pesquisadores tivessem mais acesso aos vestígios arqueológicos e, junto com as fontes oferecidas pela China e pela Coreia sobre as relações com o Japão naquela época, foi possível retratar a história do reino Yamato. Atualmente, sabe-se que o reino Yamato é dividido em três momentos: o primeiro é a formação e a consolidação do reino; o segundo momento é a expansão dos reis de Yamato para além do território japonês, por meio de campanhas militares ultramarinas, além de construções de grandes túmulos e de um sistema extenso de irrigação; e o terceiro momento é marcado pela instabilidade devido aos fracassos militares na Coreia, pelas disputas políticas internas e pela importação de técnicas administrativas, leitura e escrita, além de outros conhecimentos chineses<sup>25</sup>.

Durante os primeiros cento e cinquenta anos, o reino Yamato não manteve relações oficiais com as cortes da China e da Coreia. No entanto, evidências arqueológicas mostram que houve grande influência continental no reino Yamato. Enquanto na China vários reinos

---

<sup>23</sup> Henshall afirma que, no fim do período Jômon (c.13000-400 a.C.), o Japão foi invadido por vários povos imigrantes vindo do continente asiático e que contribuíram para a formação de tribos. O constante confronto entre essas tribos ajudou na sua politização delas. A emergência de elites e luta pelo controle dos recursos, além de alianças estratégicas com tribos vizinhas permitiram a formação de pequenos reinos (HENSHALL, 2004, p. 23-26). Henshall aponta que Yamato foi o primeiro Estado japonês, pois foi o primeiro reino a formar uma base econômica e tecnológica que o unificou social e politicamente. (HENSHALL, 2004, p. 26). Para saber mais sobre o período Jômon e Yayoi, conf. KIDDER JR., J. Edward. *The earliest societies in Japan*. In: *The Cambridge History of Japan: Volume 1 Ancient Japan*. Cambridge: Cambridge University Press, 2009.

<sup>24</sup> Kofun (古墳), nome dado ao período em que o reino Yamato é originado, significa “Túmulos antigos”.

<sup>25</sup> Delmer Brown não cita trabalhos específicos antes da II Guerra Mundial. Ele cita o nome de alguns pesquisadores do pós-guerra que utilizaram fontes estrangeiras para explicar o passado japonês, como Egami Namio que utilizou fontes e pesquisas arqueológicas coreanas para criar a tese do povo guerreiro japonês do século V. Seu trabalho é intitulado *Kiba Minzoku Kokka* (Tokyo: Chûôkôronsha, 1967). Ishimoda Shô é outro pesquisador citado, com seu trabalho *Nihon no Kodai Kokka* (Tokyo: Iwanami shoten, 1971). Nesta pesquisa ele reconstrói a chamada “Era Heróica”, entre os séculos IV e V. O autor não especifica trabalhos recentes (BROWN, 2009, p. 108-09).

estavam se formando depois o colapso do Império Han, dois reinos mantiveram contatos com comunidades do Japão nesse período: o reino Wei (221-265 d.C.) e o Jin Ocidental (265-317 d.C.). A formação de Yamato foi apressada pela invasão de tribos nômades vindas ao norte da ilha, resultado de um fluxo migratório que estava ocorrendo no norte da China desde a decadência dos Han. Na faixa do primeiro século de existência do reino Yamato, nenhum reino da China se encarregou de estabelecer contatos com o Japão devido à instabilidade dos reinos chineses. Mesmo assim, a influência da cultura chinesa é percebida a partir de informações sobre “invasões bárbaras” vindas do norte da China. Houve, então, um fluxo de migração de chineses para os territórios da Coreia e do Japão. Algum tempo depois, tribos nômades destruíram as colônias chinesas na Coreia e provocaram um novo êxodo chinês para o Japão. Estas mesmas tribos formariam os futuros reinos coreanos de Koguryô, Paekche e Silla. Isso mostra que muitos dos avanços que vieram através da Coreia, tinham, na verdade, origem e caráter chineses. É consenso na historiografia que, nos primeiros anos do período Yamato, o Japão estava dentro da órbita da cultura chinesa (BROWN, 2009, p. 111).

O avanço das técnicas agrícolas ajudou no desenvolvimento do reino Yamato. O uso de ferramentas feitas de ferro e a construção de um sistema avançado de irrigação para os campos de arroz permitiram um notável crescimento da população e de diversos recursos. Com esses benefícios, reis de Yamato empreenderam expedições militares para outras partes do território japonês a fim de expandirem seus domínios. No fim do século IV d.C., as expedições militares saíram da ilha, indo em direção à Península Coreana. As incursões na Coreia tinham um duplo objetivo: manter relações diplomáticas com o reino Paekche e lutar contra o reino Silla, inimigo de Paekche. Ainda nesse período de crescimento, os reis eram encarregados a realizar o culto aos *kami*<sup>26</sup>, em santuários perto do monte Miwa. Os túmulos dos reis também eram situados nesse mesmo local, pois o povo de Yamato acreditava que era casa dos *kami* (BROWN, 2009, p. 111).

## 2.2 - Expansão e auge do reino Yamato

A partir do século V, o reino Yamato obteve um desenvolvimento significativo. O desenvolvimento do sistema de irrigação dos campos de arroz permitiu uma grande produção de alimentos para a população. Grandes túmulos eram construídos para o sepultamento de

---

<sup>26</sup> Kami (神) é deus em japonês. Quando se fala em culto ao kami neste período, trata-se do culto de espíritos divinos presentes no Shinto, considerados “superiores” à condição humana. Segunda a tradição xintoísta, eles seriam em número de 88 milhões, número que indica a infinidade (FRÉDÉRIC, 2008, p. 585).

líderes. Uma grande rede de clãs (*uji*<sup>27</sup>) e de grupos ocupacionais (*be*<sup>28</sup>) incrementaram a riqueza e o poder. A preocupação dos reis com os cultos aos *kami* foi deixada de lado para dar lugar a preocupações militares. A expansão militar permitiu ao reino Yamato o controle de muitas ilhas japonesas e partes da península coreana, ganhando o reconhecimento de muitas cortes chinesas.

Segundo Delmer W. Brown, a preocupação com a guerra foi evidenciada por meio de estudos arqueológicos que apontam que, no quinto século, os reis de Yamato produziram mais armas e armaduras de ferro, enquanto a produção de objetos sacros, como espelhos de bronze e joias sagradas, foi em menor proporção (BROWN, 2009, p. 126-27). Isso aponta o redirecionamento da atenção dos reis para a expansão militar, pois o reino Yamato já possuía recursos suficientes para fazer longas expedições para fora de seu território. A motivação para a expansão territorial não tinha só um caráter expansionista: para fazer a manutenção e incremento do sistema de irrigação, o reino usava bastante mão de obra dos imigrantes vindos das áreas conquistadas pelo reino Yamato. Logo, a expansão também tinha um caráter econômico. Os reis de Yamato entendiam que os imigrantes, principalmente vindos da Coreia, tinham bom conhecimento na construção e manutenção desses sistemas de irrigação.

Nessas expedições para o exterior, o reino Yamato se envolveu mais com os problemas da Coreia (a guerra entre Paekche e Silla). Enquanto Paekche se alia ao reino Yamato, Silla se une ao reino de Koguryo, o mais poderoso dos três reinos da Coreia. Um interesse do reino Yamato era o de estabelecer uma relação próxima com a corte dos Song do Sul. Para isso, fez dez missões diplomáticas durante o século V. Na metade desse século, estourou a guerra entre Paekche e Koguryo e, em 475, o reino Paekche é invadido, seu exército derrotado e seu rei morto. Entretanto, alguns anos depois, o rei de Koguryo morre e o reino entra em crise. Isso permite com que o reino Yamato volte todas as suas atenções para o reino Silla, visto entre a corte como uma “terra de tesouros”, pois Silla era conhecido pelo comércio de minérios de ferro, ouro e prata. Mesmo usando a força militar para subjugar Silla, o reino Yamato utilizou de meios pacíficos para obter os produtos deles, como a troca de produtos.

O crescimento do reino também permitiu aumento do comércio de produtos. Além de expedições militares, o reino Yamato comercializava seus produtos com a China e com a

---

<sup>27</sup> *Uji* seriam grupos familiares “externos”, que incluíam também os empregados, que formaram antes do período Nara, uma linhagem semelhante à de um clã. Sucederam os mais antigos *ujizoku*, que compreendiam apenas as famílias em linha direta (FRÉDÉRIC, 2008, p. 1224).

<sup>28</sup> Corporação que agrupava todos os membros de um corpo de profissão hereditária, submissa À corte de Yamato ou a um clã (*uji*) (FRÉDÉRIC, 2008, p. 120).

Coreia. O porto mais importante daquele período era o de Naniwa, o qual recebia boa parte das embarcações.

Apesar das tarefas dos reis de Yamato terem se tornado mais seculares do que sagradas, eles ainda se utilizavam do culto aos *kami* para reivindicar seu poder real. Além disso, uma nova linhagem de reis de Yamato surgiu no século V, iniciada por Ôjin. Essa nova linhagem se diferenciava da anterior pelo sobrenome *Wake*, enquanto a linhagem interior era *Iri*. O motivo é causado pela mudança de culto ao *kami* local: enquanto que a linhagem *Iri* cultuava o *Kami* do templo do monte Miwa, a linhagem *Wake* cultuava os *kami* dos templos do norte da planície de Nara.

Com o desenvolvimento do reino Yamato, surgiram vários grupos dentro de comunidades agrícolas conhecidos como *uji*. A função deles era ser uma liderança local dessas comunidades e manter relações estreitas com a corte de Yamato. Os reis de Yamato necessitavam do apoio dos *uji* para o fortalecimento do reino, pois os *uji* eram a base que sustentava Yamato, já que ofereciam recursos humanos e financeiros para o seu sustento. Em troca, a corte de Yamato oferecia cargos administrativos para os membros dos *uji*. Esses cargos eram hereditários e denominados *kabane*. Cada *uji* tinha um *Kabane* dentro da corte de Yamato. Além disso, a distribuição de títulos de *kabane* também tinha importância estratégica, pois o reino Yamato podia outorgar estes títulos para clãs de regiões periféricas e incluí-los dentro de seu sistema, expandindo mais sua autoridade. Mas não só representantes de clãs recebiam o *Kabane*. Membros de grupos de ocupação, chamados *be*, também ganhavam esses títulos, pois eram responsáveis pela elaboração de serviços e produtos para a corte de Yamato.

### **2.3 - Crise do reino Yamato**

Após um longo século de crescimento e conquistas, o século VI foi muito conturbado para o reino Yamato. O enriquecimento dos reis contribuiu para uma série de projetos ambiciosos que, ao longo do século, tornaram-se um fracasso. As expedições militares para a Coreia acarretariam em muitas derrotas, o que provoca a perda de territórios naquela Península. Além disso, a autoridade de Yamato estava abalada com a criação de poderes locais que agiriam mais independentemente, ameaçando a unidade do reino.

Com a morte do rei Buretsu em 507, a corte teve que nomear um sucessor ao trono, pois o rei falecido não havia indicado alguém para sucedê-lo. Sugerido pelo clã Wakanoke,

Keitai foi nomeado para ser rei de Yamato. Fontes indicam que o rei Buretsu foi considerado como um “péssimo rei”, e que a nomeação de Keitai indicava o fim da dinastia *Wake*. Além disso, essa nova linhagem, ao contrário das duas dinastias anteriores, não tinha nenhuma ligação religiosa.

A soberania de Yamato no território de Mimana<sup>29</sup> estava ameaçada com o fortalecimento dos reinos de Paekche e Silla. Houve a reivindicação de Paekche sobre o reino Mimana, mas o rei Keitai negou o pedido. Foi mandado um contingente de sessenta mil homens para Mimana, mas chegaram dois anos depois (em 527) devido a uma rebelião (BROWN, 2009: 146) que ocorreu em Kyûshû<sup>30</sup>. Ao mesmo tempo, Mimana estava ameaçada pelo avanço de Silla. Yamato tentou usar a diplomacia<sup>31</sup> com os dois reinos, mas não obteve sucesso. Com a morte do rei Keitai em 531, a autoridade de Yamato sobre Mimana enfraqueceu, o que permitiu a incorporação deste território ao reino Silla. Este acontecimento marca o fim da chamada “era gloriosa” de Yamato.

A base do reino Yamato foi se transformando ao longo do século VI. Clãs tradicionais entraram em declínio em regiões periféricas do reino, sendo substituídos por clãs originados pela imigração do século anterior e que tinham laços com os estrangeiros do continente asiático, como é o caso dos Soga. Descendente de imigrantes coreanos, o clã Soga se fortaleceu com o passar dos anos, prestando serviços para a corte de Yamato. No final do século VI, os Soga estavam dominando a administração do reino Yamato. Entretanto, havia clãs que ganharam poder suficiente para desafiar a autoridade real de Yamato, como é o caso de Iwai, governador de Tsukushi, que provocou a rebelião em Kyûshû.

Após o fim da rebelião em Tsukushi e a perda de Mimana, a corte de Yamato procurou estabelecer propriedades reais em regiões distantes do reino. Essas propriedades, conhecidas como *miyake*, concentravam-se próximas ao território do reino e funcionavam como uma garantia de fidelidade do clã a Yamato. Com o temor de novas rebeliões que poderiam colocar em ameaça a autoridade real de Yamato, a corte fez a distribuição de

---

<sup>29</sup> Nome japonês de um antigo Estado da costa sudeste da península coreana (Kaya), conquistado no início do século V pela imperatriz Jingû (FRÉDÉRIC, 2008, p. 781).

<sup>30</sup> Terceira grande ilha do arquipélago japonês, situada no extremo sul (FRÉDÉRIC, 2008, p. 732).

<sup>31</sup> De acordo com Brown, o reino Yamato mandou um comandante japonês, Kenu no Omi, para a missão diplomática. Kenu solicitou a reunião dos reis de Paekche e Silla para fazer um acordo. O principal objetivo desse encontro para Yamato era de se aliar com um desses reinos para defender o território de Mimana. No entanto, nenhum dos reis compareceu, mandando apenas representantes. No dia da reunião, um oficial de guerra de Silla chega com três mil soldados e, insatisfeito com a reunião, provoca pilhagens em quatro vilarejos de Mimana. Além do fracasso de Kenu, a população de Mimana fica insatisfeita. Em 529, Kenu no Omi adoece e morre (BROWN, 2009, p. 146).

propriedades reais para as regiões periféricas do reino, com o objetivo de mantê-las sob o controle, como é caso das regiões de Kantô<sup>32</sup> e Kyûshu.

Também contribuíram para a desestabilização do reino Yamato as disputas políticas dentro da corte após a morte do rei Keitai. Ocorreu uma disputa entre os três filhos de Keitai: Ankan, Senka e Kimmei. Por trás dessa disputa, havia outra entre os clãs Ôtomo e Soga: Ôtomo no Kanamura, líder dos Ôtomo, apoiava Ankan e Senka, enquanto Soga no Iname, líder dos Soga, apoiava Kimmei. Essa disputa política era em torno, principalmente, da questão da Coreia, pois Ôtomo no Kanamura entendia que era necessário enviar tropas para enfrentar Silla, enquanto Soga no Iname era contra esse envio. Após dois anos de interregno, Akan sobe ao trono, seguido depois por Senka. Durante esse período, o reino Yamato faz uma nova incursão ultramarina em direção à Coreia, para ajudar na defesa do reino Paekche contra Silla. Em 540, Kimmei é coroado rei de Yamato, e ocorrem novas discussões sobre a situação da Coreia, a partir das quais é decidido não enviar mais tropas para a península coreana, mas confiar em Paekche para a defesa dos interesses de Yamato. Isso custa o emprego de Ôtomo no Kanamura, acusado de ser o responsável pelo fiasco da derrota de 529 e pela imprudente expedição em 539. Soga no Iname, que almeja o cargo de ministro da corte que pertencia a Kanamura, assume a posição. É quando o envio de ajuda do reino Yamato para a Coreia diminui, e o reino passa a se concentrar em questões relacionadas ao próprio território (BROWN, 2009, p. 155-56).

Os Soga, como mencionado anteriormente, foram o clã mais poderoso no século VI. Esse fortalecimento se dá por meio de laços genealógicos entre os Soga e a linhagem real. Soga no Iname, após assumir o posto de ministro da corte, conseguiu que suas duas filhas se casassem com o rei Kimmei. Uma delas concebeu um filho chamado Anahobe, dando aos Soga a condição de clã *gaiseki*<sup>33</sup>. No entanto, Iname acaba falecendo antes da nomeação do sucessor de Kimmei, sendo substituído pelo seu filho, Soga no Umako. Kimmei é sucedido por Bidatsu, seu filho com uma mulher não Soga. Bidatsu representava um obstáculo para os Soga, pois ele era contra a difusão do budismo, considerado como uma religião estrangeira. Para dificultar, sua esposa favorita não era uma Soga. Mas após a morte dela, Bidatsu se casa com a filha de Kinmei (também neta de Iname) e a elege como sua favorita, sendo conhecida posteriormente como a imperatriz Suiko.

---

<sup>32</sup> Região do leste da ilha de Honshu que compreende atualmente as prefeituras de Tóquio, Chiba, Kanagawa, Saitama, Gumma, Ibaraki e Tochigi.

<sup>33</sup> Clã líder da corte. Essa condição é dada quando a esposa de um rei, pertencente a um clã específico, gera herdeiros para a linhagem real (BROWN, 2009, p. 161).

Após a morte de Bidatsu, abriu-se uma acirrada disputa pelo trono entre Oshisaka (filho de Bidatsu com a esposa não Soga, favorito para a sucessão), Takeda (filho de Bidatsu com sua esposa Soga, Suiko) e Anahobe (filho de Kimmei com esposa Soga, uma das filhas de Iname). Atrás dessa disputa havia o enfrentamento entre dois poderosos chefes de clãs: Mononobe no Moriya e Soga no Umako. Desta vez, a disputa era religiosa: Umako era a favor da difusão do budismo, enquanto Moriya queria a conservação dos cultos aos *kami* locais e o desprezo a religiões estrangeiras. Ambos se enfrentaram com exércitos, e Umako saiu vitorioso. Com a vitória, Umako pode fazer seu candidato sucessor, Anahobe, subir ao trono, sendo chamado de rei Yômei. Além de assumir o controle dos assuntos do reino Yamato, Umako recupera a posição de clã *gaiseki* para os Soga com o casamento de Yômei com uma das netas de Iname, que gerou quatro filhos imperiais, entre eles o famoso príncipe Shôtoku. Mesmo assim, Umako queria a aniquilação dos opositores, e o principal deles era Mononobe no Moriya. Com a ajuda de vários líderes de outros clãs, Umako vence novamente Moriya. Em 588, outro filho de Kimmei sobe ao trono: Sushun, segundo herdeiro consecutivo de mãe Soga. Com a posição de clã *gaiseki* fortalecida, os Soga adotam novas políticas: o suporte ao budismo e novos planos para uma expedição militar contra Silla. Mas em 593, por suspeita de que o rei Sushun planejaria um golpe, Umako manda assassiná-lo e põe em seu lugar Suiko, como imperatriz de Yamato.

Apesar de ter sido um século conturbado, o reino Yamato fez frequentes contatos culturais com a Coreia e com a China. Itens manufaturados dos três reinos coreanos chegavam ao território japonês. O reino Paekche foi a porta de entrada ao budismo no Japão, chegando as primeiras escrituras em 538. Essas escrituras vieram da China, onde a religião budista se popularizava. Não só o budismo chegava ao Japão, mas também o confucionismo e o taoísmo. Em muitos contatos com Paekche, o reino Yamato enviou contingentes militares para a Coreia em troca de especialistas em budismo, taoísmo e confucionismo, de livros, de calendários, de ervas e de outros objetos divinos. Esse novo redirecionamento de interesses da corte para as atividades intelectuais será um fator importante para as grandes mudanças que ocorre no século seguinte, conhecido como “o século das reformas”.

#### **2.4 - “Esclarecimento de Asuka”**

Os três séculos seguintes foram marcados pela forte influência chinesa na política e cultura do reino Yamato. A unificação do Império chinês sob as dinastias Sui-Tang fascinou

os Soga (MITSUDADA; BROWN, 2009, p. 163), que comandavam a administração do reino, e provocavam o desejo de repetir o mesmo modelo em Yamato. Esse período, que envolve o fim do século VI até o início do século VIII, ficou conhecido como Asuka e é marcado por três acontecimentos políticos no Japão: a apreensão do controle pelos Soga sobre os assuntos do Estado em 587, conhecido como Esclarecimento de Asuka; o golpe de 645, seguido pela adoção das Grandes Reformas; e a guerra civil de 672, que resultou em notáveis sucessos para a construção de um Estado forte e despótico japonês (MITSUDADA; BROWN, 2009, p. 164).

Com a unificação do Império sob o comando da dinastia Sui, todos os olhos estrangeiros foram voltados para o moderno Estado chinês. Uma burocracia complexa e efetiva, um sistema extenso de receitas, uma grande organização militar e um vasto código de leis foram os principais avanços que o Império Sui conseguiu implementar. Os reinos da Coreia foram profundamente afetados pela influência chinesa, principalmente os mais próximos, Koguryô e Paekche. Koguryô se mobilizou militarmente por temer uma invasão chinesa, enquanto Paekche estabeleceu relações diplomáticas com o Império Sui. Silla, o mais distante dos três reinos coreanos em relação ao Império, adotou a mesma precaução de Koguryô. Esse temor de Koguryô e de Silla surgiu devido à possibilidade de uma investida do Império Sui para restabelecer colônias chinesas na península coreana como era no período Han.

Enquanto isso, Soga no Umako, que estava controlando todos os assuntos do reino Yamato, entendia que era uma boa oportunidade para se fazer uma incursão militar contra Silla para reaver Mimana, pois este não havia pagado as tributações para o Império Sui. Porém, em 594, Silla e Koguryô entram no sistema tributário de Sui, e a corte de Yamato desiste da ideia. Alguns anos mais tarde, a situação na Coreia volta a ficar instável devido à invasão de Koguryô no território chinês, em 598. Paekche, aliado dos Sui, oferece reforços militares, mas Koguryô invade e impede a entrega. Em 600, Yamato entra no conflito, mas com uma nova estratégia: envia tropas contra Silla e, ao mesmo tempo, faz uma missão oficial (a primeira depois de cem anos) para a China.

Apesar de a expedição militar ter falhado, a missão oficial à China foi importante para a história do Japão, mesmo para apenas estabelecer relações diplomáticas. Até o ano 600, toda a importação tecnológica e intelectual de origem chinesa vinha através de Paekche, um dos três reinos coreanos. Depois do primeiro contato, muitas dessas importações vieram diretamente da China. Além disso, após a primeira missão oficial ao Império Sui, o reino Yamato se esforçou para implementar duas coisas: o modelo estrutural de administração

chinês para impulsionar o poder do Estado e a introdução de vários conhecimentos chineses na sociedade. Enquanto a alteração da estrutura administrativa foi relacionada às reformas do século VII, a mudança cultural com a difusão do budismo promoveu o chamado “esclarecimento de Asuka”.

Sobre esse esclarecimento, a mudança cultural é feita pela difusão das artes e da literatura chinesa. Crônicas sobre história da China, livros sobre o budismo, confucionismo e taoísmo, entre outras obras, além de esculturas, pinturas e arquitetura, foram bem absorvidas pela sociedade japonesa (MITSUDADA; BROWN, 2009, p. 169). O interesse na escrita chinesa se intensifica nesse período. Embora a prática da escrita já existisse na corte japonesa desde o século IV, por meio de documentos administrativos e de certificações de linha genealógica de descendentes, o interesse na literatura só foi despertado no século seguinte, com a importação de obras e de estudiosos de várias áreas vindos do reino Paekche, como moeda de troca para o envio de um exército para a Coreia. Desde então, a corte passou a ler obras confucionistas sobre ideias de governo chinês, adotando símbolos budistas, estudando divindades chinesas, calendários, medicina e música. Templos budistas foram erguidos a partir da segunda metade do século VI. Além disso, os Soga são os responsáveis pela introdução do budismo e de outras práticas chinesas, devido à afinidade com a religião budista. Foi só depois de 587 que o budismo foi oficialmente aceito, devido à alteração de poder que estava ocorrendo naquele momento.

A partir do ano 600 inicia a ascensão do príncipe Shôtoku, ofuscando Soga no Umako nas tarefas da corte. Shôtoku construiu para si um palácio em Ikaruga em 601 e, no ano seguinte, selecionou seu irmão como comandante das forças expedicionárias contra Silla. Shôtoku procurou fortificar o Estado com métodos chineses, como a implantação do sistema de classificações de clãs ou *kan'i*<sup>34</sup> (603) e da elaboração dos Dezessete Artigos<sup>35</sup> (604). Quatro anos depois, ocorriam trocas diplomáticas entre Yamato e a corte chinesa. Esse desenvolvimento, proposto pelo príncipe Shôtoku, foi o prelúdio das Grandes Reformas de 645.

No mesmo período que Yamato faz novas missões oficiais para o Império Sui, acontece uma nova crise nas relações entre Koguryô e Sui, pois o império chinês viu com

---

<sup>34</sup> Antigo sistema chinês existente desde o reino de Wei (221-265). O sistema japonês era mais similar com o modelo coreano do que ao chinês. Baseava-se no uso de chapéus coloridos, identificados em doze categorias e baseados nas seis virtudes do confucionismo clássico: *toku* (moral), *jin* (benevolência), *rei* (esplendor), *shin* (sinceridade), *gi* (justiça) e *chi* (sabedoria). Para fazer a substituição do antigo sistema de *kabane*, os títulos foram redistribuídos para indivíduos envolvidos em missões especiais bem-sucedidas.

<sup>35</sup> Conjunto de leis que tinha por objetivo fortalecer o governo central. Os três primeiros artigos dão os fundamentos ideológicos para os outros catorze artigos, e se baseiam no princípio confucionista da harmonia e amizade.

maus olhos a relação do reino coreano com os turcos da região da Mongólia e se mobilizou militarmente para frear uma possível ameaça. Os reinos de Paekche e Silla não queriam um novo enfrentamento e mandaram tributos para o Império Sui como forma de pedir desculpas, enquanto Koguryô tentou se aliar com o reino Yamato, mandando ouro e uma estátua de Buda para templo budista de Asuka. No entanto, Yamato fez mais contatos diplomáticos com os Sui, e como os chineses necessitavam de apoio contra Koguryô, foram receptivos com os japoneses. Isso permitiu que Yamato enviasse estudantes para estudar o budismo chinês, entre os quais estavam membros do clã Soga.

Com o fim da dinastia Sui, em 615, devido à derrota do exército chinês para o reino de Koguryô, os Tang, cautelosos, iniciam seu governo. Koguryô também tomou cautela e pagou tributos para a nova dinastia chinesa. Paekche e Silla fizeram o mesmo, e os três reinos coreanos entram no sistema tributário de Tang.

Até então, a relação entre Yamato e o reino Silla era pacífica. Havia muitos contatos entre eles e Mimana, incluindo a vinda de imigrantes para Yamato. Mas com o fim da dinastia Sui e o surgimento dos Tang, a relação entre Yamato e Silla se tornou agressiva: em 621, Silla envia tributos para o reino japonês, mas não envia junto os emissários de Mimana, como era de costume, e a corte de Yamato encara isso como uma traição de Silla. No ano seguinte, o príncipe Shôtoku falece, permitindo que Soga no Umako tenha o controle total dos assuntos do reino. Em 623, o exército japonês invade repentinamente a península coreana. Pouco tempo depois, Yamato e Silla se reconciliam, e o exército japonês é retirado da Coreia.

Desde o fim da dinastia Sui até 630, o Japão não manteve contato com a China. Durante esse período, ocorreu a morte dos três principais líderes do reino Yamato: príncipe Shôtoku, em 622, Soga no Umako, em 626, e a Imperatriz Suiko, em 628. Houve uma forte disputa pelo trono após a morte da imperatriz, enquanto foi realizada, em 630, uma missão oficial comandada por um emissário chinês do Império Tang. Após a boa recepção chinesa, o imperador dos Tang, Tai-tsung, manda uma missão oficial em direção ao Japão. Junto com os chineses, o reino Silla manda uma missão oficial para a manutenção de relações pacíficas com Yamato. No caminho, entretanto, houve rumores sobre um monumento em homenagem aos soldados coreanos mortos em Koguryô, da guerra contra os Sui. O imperador Tai-tsung reage agressivamente, destruindo o monumento, e é estabelecida uma nova e áspera relação entre Koguryô e Tang. Koguryô e Paekche buscam a cooperação de Yamato, caso ocorresse o ataque dos Tang, enviando tributos para a corte japonesa, enquanto Silla se mantém aliado do império chinês. Nesse momento, a corte de Yamato fica dividida, pois havia o desejo de

manutenção de relações diplomáticas com os Tang, mas não podia virar as costas para Paekche, aliado de longa data.

## **2.5 - O golpe de 645 e as Reformas de Taika**

Enquanto é iniciada, em 641, uma nova guerra entre o Império Tang e os reinos coreanos, o reino Yamato não se envolve no confronto, não por motivos de neutralidade, mas por uma forte erupção política que começara anos antes. Desde a morte da imperatriz Suiko, ocorreu a polarização de dois grupos políticos: de um lado, um grupo de clãs liderados pelos Soga; do outro um forte grupo formado por príncipes imperais, oficiais da corte e chefes de clãs. Este estava unido por um sentimento comum de insatisfação com o comportamento dos ministros Soga, com sua concisa oposição na eliminação do filho do príncipe Shôtoku e com a ausência nesse clã de homens familiarizados com o conhecimento chinês no desenvolvimento do controle político.

Sem um candidato ao trono indicado pela imperatriz Suiko e com a morte do príncipe Shôtoku, dois príncipes entraram na disputa: Taruma, filho do rei Bidatsu, e Yamashiro no Ôe, filho do príncipe Shôtoku. O favorito era o filho de Shôtoku, Yamashiro, mas Soga no Emichi, filho de Umako, não o queria no trono por temer que ele tomasse controle total do reino, como fez seu pai. O principal apoiador de Yamashiro era o tio de Emichi, Sakaibe no Marise no Omi. Emichi tentou convencer seu tio, utilizando um falso testamento de que Suiko queria Tamura como sucessor, mas seu tio não acreditou. Percebendo a oposição que estava se formando, Emichi ordena que sua tropa invada a casa de seu tio, matando-o por estrangulamento e forçando seu filho mais velho a se suicidar. Príncipe Tamura sobe a trono, renomeado como Imperador Jomei, mas a atitude implacável de Emichi fez surgir uma oposição que culminaria no golpe de 645.

Jomei falece em 641 e, no ano que explode a guerra entre o Império Tang contra o reino de Koguryô, emerge uma nova disputa pelo trono. Novamente, Yasmashiro no Ôe surge como favorito, pois o seu rival, príncipe Naka no Ôe, tinha dezesseis anos e não estava maduro para governar. No entanto, Emichi sugeriu o outro filho de Jomei, Furuhiro no Ôji (cuja mãe era filha de Umako), mas não foi apoiado. Como manobra, ele designa a esposa de Jomei como nova Imperatriz, renomeada Kôgyoku. Ainda assim, havia o filho de Shôtoku que poderia subir ao trono. Emichi coloca o seu filho Iruka para assumir os assuntos do reino, e este se mostra mais cruel que o próprio pai: com seu exército, forçam os vinte e três

descendentes de Shôtoku, incluindo Yamashiro no Ôe, a cometerem o suicídio. A atitude brutal de Iruka fortifica mais a oposição contra ele, formando um triunvirato de grandes aristocratas japoneses: Fujiwara no Kamatari<sup>36</sup> (614-69); o filho do imperador Jomei, príncipe Naka no Ôe, posteriormente entronado como imperador Tenji (626-71); e Soga no Ishikawa Maro (m.649), chefe de clã cujo pai era apoiador de Yamashiro ao trono.

Fujiwara no Kamatari arquitetou o golpe para tirar os Soga do ministério da corte. Para isso, buscou apoio do príncipe Karu (posteriormente entronado como Imperador Kôtoku em 645) e do príncipe Naka no Ôe (coroadado em 661). Kamatari também busca apoio de Ishikawa Maro, general que estava desgostoso com as práticas de Emichi e de Iruka. Em 645, Iruka é assassinado por quatro soldados de Naka no Ôe, e Emichi comete suicídio, pondo fim ao meio século de controle dos Soga. A imperatriz Kôgyoku abdica do poder e Furuhito, o favorito de Iruka para o trono, entra para o sacerdócio budista.

As Grandes Reformas de 645, conhecidas como as Reformas de Taika, têm como mentores os três arquitetos do golpe que tirou os Soga do poder: Naka no Ôe, trazendo a dignidade imperial; Fujiwara no Kamatari, com o poder do clã e conhecimento de técnicas modernas de governo; e Soga no Ishikawa Maro, com o poder militar. O príncipe Karu é nomeado Imperador Kôtoku e o príncipe Naka no Ôe ficou encarregado de cuidar dos assuntos do Estado. Foram criados três cargos ministeriais: o ministro da esquerda, preenchido por Uchi Maro no Omi; o ministro da esquerda, ocupado por Soga no Ichikawa Maro; e ministro do centro, exercido pelo Fujiwara no Kamatari. Dois sacerdotes budistas que passaram vinte anos na China para estudos, Min e Eon, ficaram encarregados dos estudos sobre administração do Estado, contribuindo para a formulação e implementação das reformas. Além disso, a capital foi transferida para a cidade de Naniwa, por ter um porto de embarcações que permitia mais contato com missões oficiais para o estrangeiro.

Algumas dessas reformas foram: controle estatal sobre os templos budistas, nomeando sacerdotes que haviam voltado recentemente ao Japão para o cargo de sacerdote do templo, tirando o poder dos clãs locais sobre os templos budistas; recolhimento de armas de regiões periféricas do Japão, para evitar possíveis rebeliões comandadas por chefes de clãs dessas regiões; juramento de fidelidade de todos os cargos administrativos ao Imperador, além da elaboração de relatórios de irregularidades de oficiais locais, evitando que os inspetores negociem diretamente com eles; elaboração de censos por todo o reino; criação de códigos de leis para enfatizar a autoridade do Imperador e a centralização do poder.

---

<sup>36</sup> Seu nome original é Nakatomi no Kamatari. No leito de sua morte Kamatari pede para o imperador Tenji a troca do nome do clã para Fujiwara, nome da cidade onde viveu.

## 2.6 - Ameaça externa e guerra civil

Cinco anos após as reformas, ocorre um clima de tensão em Yamato, motivado pela aliança entre o Império Tang e o reino Silla, observado com muita desconfiança pelos japoneses que temiam uma invasão estrangeira. A corte de Yamato segue pelo caminho da diplomacia e manda duas missões para o continente, uma para Silla e outra para Tang. O imperador Tang, Kao-tsung, recebe positivamente a comitiva japonesa e promete ajudá-los em caso de ataque externo. Apesar disso, a corte ainda se sentia insegura e retornou para Asuka, antiga capital. Isso causou um conflito entre o imperador Kôtoku e o príncipe herdeiro, Naka no Ôe, pois o primeiro não encontrava motivos para sair de Naniwa, permanecendo na cidade até a sua morte, em 654.

Ocorreu a segunda subida ao trono da imperatriz Kôgyoku, desta vez sob o nome de Imperatriz Saimei, pois Naka no Ôe não estava interessado tomar posse. O temor pela invasão estrangeira fez com que os gastos da corte de Yamato com a defesa fossem exorbitantes provocando insatisfação da população em geral. No entanto, com a invasão de Tang e de Silla em Paekche, o temor da corte e a preocupação com a defesa aumentaram.

Com a morte da imperatriz Saimei, em 661, Naka no Ôe assume o trono como imperador Tenji. Enquanto isso, Paekche é arrasado pelos exércitos de Tang-Silla, o que acaba por deixar o reino em condições críticas. Mas Paekche tentou reestabelecer o reino clamando pela volta do príncipe Pung, que estava em Yamato. Neste ponto, a situação se tornou perigosa: Yamato não podia abandonar Paekche, e ajudou o reino coreano na sua restauração. Enquanto isso, o imperador Tai-tsung, com seu exército de 100.000 homens, invadiu Koguryô, mas precisou se retirar ao saber do ressurgimento de Paekche. Os Tang e Silla atacaram novamente Paekche, e Yamato tentou ajudar o reino coreano com exércitos, frotas e suprimentos. No entanto, Tang e Silla vencem a batalha novamente e Paekche desaparece completamente. No temor de uma ofensiva chinesa, o Japão se fortifica defensivamente, mas é surpreendido com uma missão oficial vinda do Império Tang solicitando uma aliança.

Com os gastos exacerbados na defesa de Yamato, além do incidente de 658 com o príncipe Arima<sup>37</sup>, o governo de Tenji fica desgastado. Em 669, Kamatari morre e é elaborada

---

<sup>37</sup> Após a morte do imperador Kôtoku e nomeação da imperatriz Saimei, o príncipe Arima no Miko, filho do imperador Kôtoku, contestou a coroação da imperatriz. Além disso, ele reivindicava o trono por ser filho do falecido imperador. O seu principal apoiador era Soga no Akae, neto de Umako e líder dos Soga. Akae arquitetou

uma nova nomeação dos cargos. A situação se agrava quando é discutida a sucessão ao trono: Ôama (futuro imperador Tenmu) era o favorito para a sucessão, mas Tenji escolhe Ôtomo, de última hora, afirmando que foi uma escolha do coração. A preferência fica mais clara com a nomeação de Ôtomo para cuidar também dos assuntos do Estado. Além de Ôama, vários chefes de clãs não estavam satisfeitos com a decisão de Tenji.

A morte de Tenji, em 672, marca uma guerra civil de curta duração, causada pela sucessão imperial. Ôama conseguiu o apoio dos clãs do norte e do leste do Japão, montou um exército de cinco mil soldados e partiu para a capital. Ôtomo, que não havia sido entronado, procurou alianças com os governos do oeste e do sul, mas governadores de Kibi e Tsukushi se recusaram a cooperar, pois entendiam que era impossível vencer o exército de Ôama. Após dez meses de combate, Ôama invade a capital em duas frentes e vence a resistência local. Ôtomo comete suicídio, seu ministro da direita é executado<sup>38</sup> e seus oficiais e herdeiros são exilados. Ôama sobe ao trono e se torna Imperador Tenmu, marcando o início do período Nara.

## 2.7 - Período Nara e a compilação do *Kojiki*

Tradicionalmente, o início do período Nara é datado em 710, quando a capital é transferida de Asuka para a atual cidade de Nara. No entanto, a historiografia japonesa recente aponta o início na coroação do Imperador Tenmu em 672, pois os historiadores especializados no estudo desse período entendem que a guerra civil marca rupturas com o antigo sistema social vigente no Japão até aquele momento.

A primeira grande ruptura é o redirecionamento das prioridades do Estado Japonês: até o século VII, Japão dava mais atenção na atividade militar através das incursões de combate na península coreana. A partir do governo do Imperador Tenmu, as atenções retornam para as atividades religiosas, como era no século IV. Sobre as atividades religiosas, o *shintô* volta a ganhar força e as duas religiões, *shintô* e budismo, se tornam as principais no Japão.

A segunda ruptura é a mudança do sistema administrativo *kan'i*, baseado na divisão de cargos por meio das virtudes confucionistas, pelo sistema conhecido como *ritsuryô*,

---

um golpe para entronar Arima, mas vazou o plano para autoridades do governo. Arima foi preso e estrangulado até a morte (MITSUDADA; BROWN, 2009, p. 203-04).

<sup>38</sup> Acredita-se que era Soga no Akae (envolvido no incidente do príncipe Arima), pois após a morte de Kamatari, o imperador Tenji fez novas nomeações de cargos e Akae recebeu o cargo de ministro da direita (MITSUDADA; BROWN, 2009, p. 217).

complexo e mais burocrático, com vasto código geral de leis baseadas no modelo chinês, que não só legitima e engrandece o imperador, mas também beneficia os nobres e funcionários do governo.

Um aspecto importante do período Nara é a construção das capitais japonesas no estilo Tang, que tinha por objetivo a santificação e legitimação dos imperadores e governantes das cidades. Um exemplo disso é a construção da capital Nara, baseada no modelo chinês vigente do período. Aliás, a influência chinesa no Japão permanece até o fim do período seguinte, Heian (784-1185). Além disso, o nome moderno Japão (日本, *Nihon* ou *Nippon*), surgiu no período Nara e, com o passar do tempo, substituiu o antigo nome Yamato.

É no período Nara que se elabora a compilação do *Kojiki*. O projeto de compilação começa ainda no governo do imperador Tenmu, com a proposta de ser a obra que conta a história do Japão. A compilação é interrompida com a morte de Tenmu e, vinte e cinco anos depois, a imperatriz Genmei, filha do imperador Tenji, continua o projeto iniciado pelo seu irmão. A obra é concluída em 710, constituindo em três livros, sendo o primeiro livro sobre os deuses do xintoísmo e os dois restantes sobre a linhagem imperial.

No próximo capítulo, vamos analisar o segundo livro do *Kojiki*.

### **3 – A linhagem real do segundo livro do *Kojiki***

Com a explicação dada no capítulo anterior sobre as narrativas históricas do Extremo Oriente, vamos fazer a análise do segundo livro que aborda a história dos reis lendários e de reis cujas existências foram comprovadas por estudos arqueológicos. Este capítulo está estruturado da seguinte forma: descrição do método de análise da fonte, análise dos relatos dos personagens e hipótese.

#### **3.1 – Método de análise**

A partir das leituras realizadas sobre narrativas históricas, inicialmente verifiquei a quantidade de reis relatados no segundo livro do *Kojiki*. Há relatos sobre quinze reis japoneses. A partir desse levantamento, foram analisados os relatos sobre cada um destes reis. Esta etapa é importante para distinguir as possíveis formas de narrativa contidas no livro, além da extensão dos relatos no livro.

Após a leitura dos relatos, eles foram divididos em duas categorias: relatos de reis “lendários” e relatos de reis “reais” (que tiveram sua existência comprovada a partir de outras fontes). Essa divisão levou a uma comparação entre os relatos, e foi possível verificar se havia trechos que pudessem ser aproximados ou distanciados. Além da comparação, foi possível identificar se há a presença de alguma característica da escrita da história na China, como apontou Chen.

### 3.2 - Rei Jinmu e outros oito reis lendários

O segundo livro começa com os relatos sobre o rei Jinmu, personagem de caráter lendário. Além deste, há relatos de outros oito reis lendários: Suizei, An’nei, Itoku, Kôshô, Kôan, Kôrei, Kôgen e Kaikan<sup>39</sup>.

O relato sobre o rei Jinmu se diferencia das outras narrativas de reis lendários pela extensão, tendo cerca de vinte páginas. Pode-se dizer que a narrativa sobre este rei é mais longa pelo fato de ser o fundador da dinastia real. A narração aborda a expansão de seu domínio da ilha de Kyûshû até a região de Yamato:

O imperador Kamuyamatoiwarebikono Mikoto <imperador Jinmu>, instalou-se com seu irmão materno mais velho, Itsuseno Mikoto, os dois, no palácio de Takachiko, e disse:

*Gostaria de vos perguntar, para governar em paz abaixo dos céus, onde deveríamos nos instalar? Penso ser melhor irmos para o leste.*

assim disse e imediatamente partiram de Himuka em direção a Tsukushi (MIETTO, 1996, p. 165).

Esse relato da conquista do leste vai de encontro com o momento da expansão do reino Yamato a partir do século V<sup>40</sup>. No entanto, a datação do reinado de Jinmu parte entre os séculos VII e VI a.C<sup>41</sup>, muito antes da formação real do reino Yamato. Além disso, segundo a fonte, o rei Jinmu teria falecido com cento e trinta e sete anos (MIETTO, 1996, p. 181), tempo de vida muito alto para os padrões de vida humana. Outro fato a ser considerado é a semelhança do relato do Jinmu com a narrativa dos reis Sujin e Keitai<sup>42</sup>, **o que indica que a**

<sup>39</sup> No segundo livro, cada capítulo é destinado a um rei. Os relatos são sequenciais.

<sup>40</sup> BROWN, Delmer W. **The Cambridge History of Japan: Volume 1 Ancient Japan**, p.140-44. HENSHALL, Kenneth. **História do Japão**, p. 27. BEASLEY, W. G. **The Japanese Experience: a short history of Japan**, p.10-11.

<sup>41</sup> FRÉDÉRIC, Louis. **O Japão: dicionário e civilização**, p. 537. O dicionário traz uma cronologia de reis do Kojiki convertida para o calendário gregoriano.

<sup>42</sup> O relato do rei Keitai está no livro três. Este livro não é o objeto de estudo deste TCC. Os dados foram retirados do dicionário sobre o Japão (FRÉDÉRIC, 2008, p. 537). O dicionário também aponta sobre a semelhança com o relato do rei Sujin. Este foi verificado no livro dois do *Kojiki*.

**figura do Jinmu foi inventada pelos narradores como ponto de início para a história da dinastia real.** A criação de Jinmu teria a pretensão de contar que a formação da dinastia real japonesa seria mais antiga que a própria formação original do reino japonês, e que esses primeiros reis seriam os descendentes dos deuses originais do *shintô*.

Com exceção da narrativa sobre o rei Jinmu, os relatos dos outros oito reis apresentam características em comum. Primeiro, são narrativas curtas. Segundo, nessas narrativas há a árvore genealógica da família imperial, informando o casamento e a quantidade considerável de filhos por casal. Terceiro, apresentam o tempo de vida de cada rei e local de seu sepultamento, como, por exemplo, o relato abaixo sobre o rei Suizei:

Kamununakawamimino Mikoto <imperador Suizei> instalou-se no palácio de Takaoka em Kazuraki e abaixo dos céus governou. Este imperador tomou Kawamatabime, ancestral dos agatanushi de Shiki, e o filho gerado desta união foi Shikitsuhikotamademino Mikoto [um filho]. O imperador atingiu a idade de aproximadamente quarenta e cinco anos. Sua sepultura encontra-se na colina de Tsukidano. (MIETTO, 1996, p. 181)

A partir da citação podemos perceber que o imperador se casa com Kawamatabime e geram Shikitsuhikotamademino Mikoto. Este filho é nomeado como imperador An'nei, herdeiro de Suizei. Relatos seguintes trazem uma árvore genealógica mais complexa, de reis com quantidade considerável de filhos e filhos de seus filhos. Os relatos sobre os reis Kôan, Kôrei e Kaika são mais longos se comparados ao de Suizei. Esses reis têm uma longa linhagem genealógica. Isso aparece principalmente no relato sobre o rei Kaika, que reproduzimos em parte abaixo:

Wakayamatonekohikoôbibino Mikoto <imperador Kaika> instalou-se no palácio de Izakawa de Kasuga e abaixo dos céus governou. Este imperador tomou por esposa Takanohime, filha de Yogori, ôagatanushi de Taniha e, o filho gerado desta união foi Hikoyumusumino Mikoto [um filho]. Ainda tomou sua meia irmã por parte de mãe, Ikagashikomeno Mikoto por esposa e os filhos gerados desta união foram Mimakiirihikoinieno Mikoto e, em seguida, Mimatsuhimeno Mikoto [dois filhos]. Ainda tomou por esposa Oketsuhimeno Mikoto, irmã mais nova de Hikokunioketsuno Mikoto, ancestral dos omi de Wani, e o filho gerado desta união foi Hikoimasunomiko [um filho]. Ainda tomou por esposa Washihime, filha do sukune de Kazurakinotaruni, e o filho gerado desta união foi Taketoyohazurawake [um filho]. os filhos deste imperador total somam cinco filhos [quatro homens e uma mulher]. (MIETTO, 1996, p. 187-88)

Neste excerto, vemos que o imperador Kaika desposa quatro mulheres, dentre elas uma meia-irmã por parte de mãe, e gera cinco filhos, sendo o Mimakiirihikoinieno Mikoto o futuro rei Sujin. Esses relatos de genealogia se repetem por todo o segundo livro em todas as histórias de cada rei. Entretanto, nos relatos desses reis lendários, há uma carência de anedotas

sobre a vida deles. Só os relatos dos reis Jinmu, Kôgen e Kaika possuem mais detalhes sobre a vida deles.

Outro detalhe interessante é o tempo de vida de cada rei lendário. Alguns deles viveram entre quarenta e sessenta anos, com exceção dos reis Kôshô (noventa e sete anos), Kôan (cento e vinte e três) e Kôrei (cento e seis anos). Paul Ricoeur explica que uma das formas de medir o tempo é o uso da sucessão de gerações (RICOEUR, 2010, p. 195-96). No *Kojiki*, o tempo de vida representa a noção de contagem do tempo por meio da idade do rei. Isso indica que a longa idade desses procura legitimar a antiguidade da linhagem genealógica imperial.

Podemos afirmar que a definição desses reis como “lendários” se dá pela construção de seus relatos, os quais são baseados em narrativas de reis “reais”. Já a construção das histórias desses reis “lendários” tem a pretensão de afirmar que a linhagem genealógica imperial seria muito antiga.

### 3.3 – O rei Sujin

No *Kojiki*, o rei Sujin é dito como o décimo imperador da linhagem genealógica. Henshall afirma que pesquisas arqueológicas indicaram que ele foi, de fato, o primeiro rei de Yamato. Ele afirma que o livro traz o problema da data de morte do rei, sugerindo que foi no ano de 258 d.C., porque esta data entra em conflito com os dados arqueológicos, que indicam o ano de 318 d.C (HENSHALL, 2011, p. 27). No entanto, ambas as datas se aproximam do que relata Delmer W. Brown, segundo o qual o reino Yamato se originou entre os anos 250 e 300 d.C (BROWN, 2009, p. 108), enquanto vivia o rei Sujin.

Vamos analisar o relato de Sujin. A primeira impressão que é possível apontar é a de que se trata de uma narrativa que não se restringe apenas à linhagem genealógica do rei. Sua estrutura textual é semelhante à narrativa do rei Jinmu, o que pode indicar que o primeiro rei japonês mencionado no *Kojiki* era apenas uma cópia do rei Sujin. Enquanto os relatos anteriores dos reis se restringiam somente à linhagem genealógica, o relato do rei Sujin aborda outros pontos: o culto ao monte Miwa, as divindades do monte, os conflitos bélicos por motivo de autoridade e a sua hegemonia., revelando uma estrutura semelhante à do relato do rei Jinmu.

Vamos analisar alguns trechos. O primeiro é referente ao relato de Jinmu, com o subcapítulo chamado “A conquista do Leste”:

Neste tempo, Tomionagasunebiko reuniu um exército, esperou-os e empenhou-os em combate. Porém, <Iwarebiko>, tomou do escudo existente na embarcação, desembarcou e lutou em defesa. Portanto, este local recebeu o nome que é dito Tatetsu. Agora é dito Tadetsu de Kusaka. Então, no tempo em que lutava com Tomibiko, Itsuseno Mikoto foi atingido pela flecha de Tomibiko na mão. Então <Itsuseno Mikoto> disse:

*“Não me convém, na qualidade de filho da divindade do sol, lutar frontalmente ao sol. Como assim o fiz, um oponente inferior provocou-me ferimentos na mão. De agora em diante virar-me-ei e lutarei recebendo o sol em minhas costas.”*

assim prometeu e, no tempo em que saíram circundando a partir do sul, alcançando o mar de Chinu, onde o sangue desta mão lavou. Portanto <este local> é dito mar de Chinu. A partir deste local forma circundando e, ao alcançarem o embarcadouro de Wo da província de Ki, disse:

*“Ah, morrer com um oponente inferior ferindo a mão!”*

e, assim, bravamente ascendeu aos céus como deus. Portanto, este embarcadouro recebeu o nome que é dito embarcadouro de Wo. (MIETTO, 1996, p. 166-167)

Este é um relato de guerra do rei Jinmu e de seus comandados contra as forças bárbaras. Agora vamos ver o excerto do subcapítulo “A revolta de Takehanyasu no Miko”, do relato do rei Sujin:

(...)Imediatamente no tempo em que <Obikomo Mikoto>, juntamente com Hikokunibukono Mikoto, ancestral dos omi de Wani, foi enviado, imediatamente na ladeira de Wani dispuseram vasos planos cerimoniais e partiram. Então, no tempo em que alcançaram o rio Wakara de Yamashiro, este Takehanyasunomiko reuniu um exército e esperava-os bloqueando-lhes <o caminho>, como o rio no meio a separá-los, face a face ficaram e lutaram. Por isto este lugar tem o nome que é dito Idomi [agora é chamado de Izumi]. Então Hikokunibukono Mikoto, disse:

*“Por vós é melhor as flechas cerimoniais inicialmente serem atiradas.”*

Então, embora este Takehanyasu no Miko tenha atirado, não conseguiu acertar. Porém, a flecha desferida por Hikokunibuku no Mikoto imediatamente atingiu Takehanyasu no Miko, matando-o. Então, no tempo em que perseguiam este exército em fuga, alcançaram-no na travessia de Kusuba e, então, todos, <pelos forças imperiais> fustigados, desfizeram-se em fezes, que nas suas vestes aderiram. Portanto este lugar tem o nome que é dito Kusobakama [agora é dito Kusuba]. Ainda, como este exército em fuga foi bloqueado e chacinado <pelos forças imperiais>, <seus restos> flutuaram no rio tal qual cormorões. Portanto, este lugar tem o nome que é dito rio U. (MIETTO, 1996, p. 196-197)

Neste relato temos o comandante do rei Sujin, Hikokunibuku no Mikoto, lutando contra o exército liderado por Takehanyasu no Miko. Um elemento em comum nesses dois relatos é uso das flechas como a arma que causa a morte do inimigo. Outro elemento a ser considerado é o tipo de terreno do combate. No primeiro relato, temos o campo de combate situado próximo ao mar, enquanto no segundo, o campo de batalha acontece nas margens de um rio, ou seja, ambos ambientados em locais com água. O último elemento verificado é a nomeação dos locais onde ocorreram eventos singulares. O local do falecimento de Itsuseno Mikoto foi nomeado embarcadouro de Wo, enquanto o local da chacina dos soldados de

Takehaniyasu no Miko ficou conhecido como o rio U<sup>43</sup>. Ambos os subcapítulos tratam de um mesmo local, a ilha de Kyûshû, e de sua expansão territorial. Provavelmente é um relato da invasão nômade vinda do norte da China e que culmina na formação do reino Yamato.

O último subcapítulo do relato de Sujin coloca uma contradição na linhagem imperial japonês. Neste subcapítulo chamado “O primeiro governador a governar o país” aborda a consolidação da hegemonia de Sujin no território nipônico, elevando-o como o primeiro rei de Yamato. Observamos neste excerto:

Assim, pela primeira vez <o imperador> ordenou que se ofertassem como tributos as presas dos arcos dos homens e como tributos os frutos produzidos pela spontas dos dedos das mulheres. Desta feita esta era tem o nome que é dito a era do imperador Mimaki, o primeiro a governar o país. (MIETTO, 1996, p. 198)

O livro diz que Jinmu foi o primeiro rei japonês, mas se contradiz ao afirmar que Sujin<sup>44</sup> foi o primeiro rei a governar o país. Isso aponta para a construção de um mito baseado na história de um rei que viveu no período de formação do reino Yamato. Esses dois relatos se confundem entre si, por isso o rei Sujin foi confundido muitas vezes como rei Jinmu em crônicas daquela época (FRÉDÉRIC, 2008, p. 1104-05).

Apelando para a sua identidade religiosa, o rei Sujin inicia a prática da veneração do Deus do Monte Miwa. O culto foi motivado pela série de calamidades que se abateram sobre a população japonesa durante o seu reino. Sujin estava preocupado com as pragas e, numa noite, o deus Ômonosushi apareceu em seus sonhos e disse: “*Esta <epidemia> é o meu desejo. Porém, se através de Ôtataneko adorardes à minha frente, as calamidades do deus não mais se levantarão e o país novamente à paz retornará.*” (MIETTO, 1996, p. 192) Dessa forma, Sujin fez o que o deus Ômonosushi solicitou: encontrou-se com Ôtataneko e fê-lo sacerdote, e os dois foram para o Monte Miwa venerar o deus Ômonosushi. Como prometido, o deus do monte Miwa trouxe a paz plena para as terras japonesas (MIETTO, 1996, p. 192-93).

Ainda neste relato, temos a lenda do deus Ômonosushi e o surgimento da linhagem imperial. Nesta narrativa, o deus Ômonosuhi desce a terra e desposa uma mulher chamada Ikutamayoribime, e ela concebe um filho. Os pais de Ikutamayoribime desejaram conhecer o pai, e ela vai à procura de Ômonosushi. No entanto, ela vê que o pai de seu filho retorna para o templo divino do Monte Miwa e percebe que Ômonosuhi é uma divindade (MIETTO, 1996, p. 194-95). O historiador Delmer Brown aponta que existem diferenciações sobre a lenda do

<sup>43</sup> U significa Cormorão. É provável que seja outra denominação para o rio Yodo (MIETTO, 1996, p. 197)

<sup>44</sup> Conhecido também como Mimakiirihikoinieno Mikoto ou Mimaki.

deus do Monte Miwa apresentada no *Kojiki* e no *Nihonshoki*. Segundo Brown, no *Kojiki*, a lenda é centralizada no casamento entre um *kami* de Miwa e uma princesa ligada ao rei de Yamato, dando origem a uma linhagem genealógica de reis e conduziram os ritos aos *kami* do Monte Miwa. Enquanto o *Nihonshoki* relata o acontecimento do encontro do deus Ômonosushi e a princesa de Yamato, no qual esse mesmo deus se enfurece com a princesa por ela ter se assustado com a sua aparência, indo embora para o Monte Miwa<sup>45</sup>.

Ainda segundo Brown, para conter mais desastres provocados pelo poder do deus Ômonosushi, Sujin monta um exército para a conquista de territórios e para conter as revoltas<sup>46</sup>. Como vimos anteriormente, o excerto da guerra imposta por Sujin contra Takehaniyasu no Miko nos leva à possibilidade de que Sujin teria feito essas expedições militares como parte do culto ao *kami* do Monte Miwa. Rei Sujin temia o poder do deus Ômonosushi de causar calamidades ao seu povo. Embora no *Kojiki* não seja explícito, pode-se deduzir que o poderio militar de Sujin seria motivado pela ameaça do deus Ômonosushi. Também é importante lembrar que a formação do reino Yamato se dá com a invasão de tribos nômades vindas do continente asiático, em sua maioria gerando conflito armado, o que aponta a guerra como uma prática cultural e religiosa para o povo de Yamato.

O relato encerra com a morte de Sujin, que teria a idade de cento e sessenta e oito anos. Sua tumba se encontra na colina da Magari, caminho de Yamanobe, localizado na cidade de Tenri. Sujin ascendeu aos céus como deus no décimo segundo mês do terceiro ano do tigre de terra. Embora tenha a existência confirmada pelas pesquisas arqueológicas, o tempo de vida de Sujin é incompatível com os padrões de vida humana, podendo ser explicado pelo aspecto divino que este rei recebeu no relato, pois ele seria descendente do deus Ômonosushi e o primeiro rei de Yamato.

### 3.4 - Suinin, Keikô, Seimu e Chûai

O segundo livro apresenta mais quatro relatos de reis de Yamato. O rei Suinin sucedeu Sujin e o seu reino foi marcado pela construção do santuário em Ise. Ele faleceu com a idade de cento e cinquenta e três anos.

---

<sup>45</sup> Para testar a princesa, Ômonosushi se transforma numa bela serpente. Esta mesma princesa, ao retornar do toalete, ela se assustou com a aparência de Ômonosushi e isso enfureceu o deus. Após o retorno de Ômonosushi ao Monte Miwa, a princesa se suicida com golpes de *hashi* (pauzinhos utilizados na comida japonesa ou chinesa). (BROWN, 2009, p. 117-18)

<sup>46</sup> Brown fala que o *Nihonshoki* explica com mais detalhes esse acontecimento e aponta que a força militar imposta na conquista e contenção de revoltas permitiu que Sujin retomasse a formação do reino Yamato no final do século III e início do século IV (BROWN, 2009, p. 118).

O filho de Suinin, Ôtarashihikooshirowake, se torna o rei Keikô. Na narrativa dele há acontecimentos da conquista dos Kumaso do sul de Kyûshu pelo exército comandado pelo seu filho Yamatotakeruno Mikoto (MIETTO, 1996, p. 214-22). Keikô falece com cento e trinta e sete anos.

O rei seguinte seria o denominado Seimu, sobre o qual teceremos detalhes em seguida. Mas para isso devemos enumerar uma modalidade de narrativa importante da obra *Kojiki*, que são as poesias declamadas pelos personagens principais dos relatos. Aqui temos um exemplo de um canto feito por Yamatotakeruno Mikoto (o futuro rei Seimu):

Yamato é das maravilhas o país  
Em profusão, as verdejantes sebes  
Em abundância, as montanhas, ah, bela Yamato

A vida, as pessoas que a tem segura  
As coberturas de junco das montanhas de Hegumi  
As folhas do grande carvalho branco os cabelos enfeitam, ah, crianças (MIETTO, 1996, p. 225)

Esta é uma canção em que Yamatotakeruno Mikoto expressa a saudade de sua terra natal, Yamato. No livro, é contada a sua viagem para o monte Nonobori, distante do reino Yamato. Esses cantos podem indicar a transmissão dos relatos por meio da oralidade.

O relato do rei Seimu é uma narrativa curta de uma página. Ela só mostra a árvore genealógica do rei. Mas pode-se saber mais sobre Seimu por meio da história de seu pai, Keikô. Seimu morre aos noventa e cinco anos.

A história do rei Chûai traz como a protagonista a rainha Jingû. Ela é a mãe do futuro rei Ôjin e uma das esposas de Chûai. Após a morte deste rei (com a idade de cinquenta e dois anos), foi revelado para a rainha Jingû que ela estaria grávida de um menino que, no futuro, seria coroado monarca de Yamato. Essa revelação vem de Amaterasu, a deusa do Sol (MIETTO, 1996, p. 233-34). O relato traz uma expedição militar comandada pela Jingû contra Shiragi (localizado na península coreana). Em viagem, Jingû sentiu que o príncipe poderia nascer durante a navegação. Vamos ler o excerto:

Porém, no tempo em que ainda não estavam findos estes trabalhos este príncipe, que no ventre <da imperatriz> se encontrava, parecia estar prestes a nascer. Imediatamente para pacificar este seu ventre <impedir o parto>, tomou uma pedra, amarrou-a em suas vestes na altura do ventre e atravessou para a província de Tsukishi, onde este príncipe nasceu. Portanto, o local onde este príncipe nasceu recebeu o nome que é dito Umi. Ainda, esta pedra que se fora amarrada ao redor das vestes à altura da cintura encontra-se na vila de Ito na província de Tsukushi. (MIETTO, 1996, p. 235)

Para evitar o nascimento de Ôjin, a rainha Jingû amarrou uma pedra em seu próprio abdômen para não permitir o parto de seu filho, pois Ôjin não podia nascer no mar, uma vez que, caso acontecesse isso, ele não poderia ser rei de Yamato. Jingû toma essa atitude para assegurar a sua gravidez até o seu retorno ao Japão (BEASLEY, 2000, p. 12). Esse excerto também apresenta, por trás dessa descrição factual, uma causalidade mitológica na narrativa do nascimento de Ôjin. Jingû teria recebido a notícia da deusa Amaterasu de que estaria grávida do futuro monarca de Yamato. Para conseguir que Ôjin nascesse no Japão, a rainha impediu o seu parto utilizando-se de uma pedra amarrada em sua barriga. Logo, vemos que o grau de divindade que Ôjin recebe na obra está em um nível semelhante ao que possui Sujin.

### 3.5 – O rei Ôjin

O relato do rei Ôjin (Humurawakeno Mikoto) é a última narrativa do segundo livro do *Kojiki*. Sabe-se que este rei viveu entre o fim do século IV e início do século V e foi o primeiro rei a inaugurar a fase próspera do reino Yamato (BEASLEY, 2000, p. 11-12). Além disso, Ôjin foi o responsável pelas primeiras expedições militares para a península coreana em 420 d.C.

Diferente dos relatos do rei Sujin, a história de Ôjin tem poucas referências religiosas. Ôjin inaugura uma nova dinastia de reis, os *wakenoke*, que não tem mais ligação com o culto do *kami* de Miwa. Como explicado no capítulo anterior, a partir do século V há um redirecionamento dos interesses dos reis para a expansão bélica ao continente asiático, deixando de lado o culto ao *kami*.

A narrativa do rei Ôjin, no *Kojiki*, aborda o recebimento de comboios provenientes da Coreia, os casos amorosos do rei e os conflitos de herança entre os herdeiros desse rei. Vamos nos concentrar nos casos de amor do rei e no conflito dos herdeiros. Temos um excerto que traz um caso amoroso de Ôjin com uma moça da vila de Kohata, da região da cidade de Uji:

Portanto, no tempo em que alcançou a vila de Kohata, uma bela donzela na encruzilhada deste caminho encontrou. Então, o imperador a esta donzela perguntou:

“De quem sois filha?”

e, ao dizer assim, respondeu:

“Sou filha do ôomi Hifure de wani e meu nome é Miyanushiyakawaehime.”

assim disse. O imperador imediatamente a esta donzela disse:

“Eu, amanhã, no tempo de meu regresso, em vossa casa passarei.”

assim disse. Então, Yakawaehime a este seu pai tudo contou. Assim, seu pai respondeu:

“*Este era imperador! Que honra! Minha filha, servireis pois <ao imperador>!*” assim disse e enfeitou esplendorosamente esta sua casa e esperou <pelo imperador> que, no dia seguinte, veio. Então, no tempo em que ofereceu um augusto banquete, <o pai>ordenou a esta sua filha Yakawaehimeno Mikoto portar a augusta taça de sake e oferta-lha <ao imperador>. (...) o filho desta união foi Ujwakiiratsuko. (MIETTO, 1996, p. 244-45)

Este excerto traz um relato da vida particular do rei Ôjin. Em sua viagem na cidade de Uji, ele conhece Yakawaehimeno Mikoto. Ao perguntar para a moça, Ôjin ofertaria um casamento à ela. A resposta de Yakawaehimeno Mikoto indica a aceitação da oferta, e o banquete promovido pelo pai de Yakawaehimeno Mikoto confirma esse assentimento. A oferta da taça de saquê que a moça oferece ao rei sacraliza o momento<sup>47</sup>.

Vamos ler outro excerto, que relata a crise da sucessão monárquica após a morte de Ôjin. Segundo o que está escrito no *Kojiki*, Ojin morre aos cento e trinta anos:

Então, após o imperador ter ascendido aos céus como deus, Ôszakino Mikoto, seguindo as palavras do imperador, o governo abaixo dos céus a Ujnowakiiratsuko cedeu. Então, Ôyamamorino Mikoto opôs-se às palavras do imperador e, enfim, desejou para si o governo abaixo dos céus, existindo em seu coração o desejo de matar este seu irmão mais novo. Em segredo preparou um exército e se preparou para atacar. Então, Ôszakino Mikoto, ouvindo acerca da preparação do exército por parte deste seu irmão mais velho, imediatamente um emissário enviou e avisou Ujnowakiiratsuko. (MIETTO, 1996, p. 250)

Neste trecho temos a revolta do filho mais velho de Ôjin pela escolha da sucessão ao trono. Ao saber da pretensão de Ôyamamorino Mikoto, Ôszakino Mikoto, que cedeu ao trono em favor do seu irmão mais novo, Ujnowakiiratsuko, avisa imediatamente ao príncipe alvo da conspiração. A narrativa conta mais sobre o combate entre os três irmãos e termina com a vitória dos irmãos Ôszakino Mikoto e Ujnowakiiratsuko sobre Ôyamamorino Mikoto, culminando na morte do irmão mais velho. O irmão mais novo acaba falecendo e Ôszakino Mikoto assume o trono real de Yamato. Esse relato de rivalidade pelo trono lembra outro episódio do relato de Jinmu que retrata a disputa da coroa entre o meio-irmão de Jinmu e seus três filhos. Vamos ler esse excerto:

Assim, após a ascensão do imperador aos céus como deus, no tempo em que este seu meio irmão mais velho por parte de pai, Tashimimino Mikoto, tomou essa Itsukeyorihime, a esposa do imperador, como sua esposa, planejou assassinar esses três irmãos mais novo mas Itsukeyorihime, a mãe deles, desgostosa e agoniada, através de um poema fez com que estes seus filhos soubessem do perigo. (MIETTO, 1996, p. 179)

---

<sup>47</sup> Nos verbetes de tradução, Mietto relata que a resposta da moça indicou a aceita da oferta de casamento que o rei Ôjin, além de que o ato de portar a taça de sake e oferecer ao rei simboliza um compromisso de casamento (MIETTO, 1996, p. 244).

Neste trecho, há uma situação parecida com a do excerto anterior. O meio-irmão de Jinmu, cujo nome não foi citado pela fonte, tenta se casar com Itsukeyorihime, esposa do falecido rei, e planeja assassinar os três filhos de Jinmu. Aflita, a rainha escreve uma carta com versos, avisando aos seus três filhos sobre o perigo. Este relato termina com o assassinato de Tashimimino Mikoto pelo filho mais novo de Jinmu, Kamununakawamimino Mikoto. Este filho mais novo acaba se tornando o rei Suizei. Percebe-se a semelhança entre os dois relatos, com a diferença nos personagens utilizados. No excerto de Ôjin, a disputa ocorria entre irmãos e, no relato de Jinmu, a disputa ocorria entre o meio-irmão do rei contra os filhos dele. Isso aponta que o relato do rei Jinmu seria, em nossa hipótese, uma construção de relatos de reis que existiram para justificar a existência de um antigo rei, o primeiro rei da dinastia imperial.

### **3.6 – O *Kojiki* e a escrita da história chinesa**

Após esta análise no segundo livro de *Kojiki*, vamos retomar o problema de pesquisa deste TCC. Como apontado, a data de morte o rei Sujin, de acordo com a arqueologia, é no ano de 318 d.C. No tempo descrito do livro, a data estaria pelo ano de 258 d.C. A formação do reino Yamato foi um processo lento que iniciou em meados dos anos 250 d.C. com a invasão nômade vinda do continente asiático e consolidada no início do século IV. Qual seria a proposta da transformação do tempo feita na obra? Por que a linhagem tem suas datações diferentes dos estudos científicos?

Avançando mais no problema, encontra-se uma nova dúvida originada pelo livro. Segundo o historiador Kenneth Henshall, a escrita foi introduzida no território japonês em meados do século V d.C. (HENSHALL, 2011, p. 34), mais de um século depois da formação do reino Yamato. No livro há as histórias de Sujin, Suinin, Keikô, Seimu, Chûai e Ôjin que são relatos que ocorreram entre o final do século III e início do século V, antes da introdução da escrita. Como havia vestígios documentais sobre esses reis, se a escrita foi introduzida no decorrer do século V?

A hipótese para responder a essas duas perguntas está na cultura chinesa. Durante o colapso do império Han, houve uma migração maciça de chineses para as regiões da Coreia e para o Japão. Essa migração para as ilhas japonesas coincide com o período de invasões de tribos nômades que vieram do norte da China para o Japão, que havia resultado na formação

do reino Yamato. Como mencionado neste trabalho, Jack Chen apontou o costume dos chineses de criar uma rede de informações que compartilhavam entre si sobre a vida de indivíduos dentro de uma comunidade local. Durante o primeiro século de existência, o reino Yamato esteve muito atrelado à cultura chinesa, resultado da migração de populações chinesas para o Japão desde a decadência do império Han e também de relações diplomáticas da corte de Yamato com alguns reinos chineses. Pode-se deduzir que a prática das “especulações” tenha contribuído para a preservação da memória desses reis contemplados em grande parte do *Kojiki*. No entanto, seriam necessárias pesquisas arqueológicas para dar mais evidências sobre a influência chinesa na preservação da memória da linhagem real japonesa. Mas essa hipótese seria plausível visto que a influência da cultura chinesa na fase inicial do reino Yamato foi forte.

Outro ponto importante foi o contato com o reino Paekche, permitindo a introdução da escrita no Japão. O historiador Edwin A. Cranston aponta que, com a chegada do estudioso Wani de Paekche no reino Yamato no início do século V, iniciou-se um processo de alfabetização da corte japonesa<sup>48</sup>. Wani chegou ao Japão com onze volumes de escrituras chinesas, incluindo o *Analectos* de Confúcio e *Clássicos de mil caracteres*. Wani permaneceu no Japão e foi ancestral de um grupo ocupacional de especialização (*be*) de escribas, o *fumi no obito* (CRANSTON, 2009, p. 454). Entretanto, o processo de alfabetização ficou marginalizado e não se espalhou pela corte japonesa, deixando o domínio da escrita nas mãos de imigrantes e descendentes de chineses e coreanos (CRANSTON, 2009, p. 454). Esse processo de estagnação da alfabetização da sociedade japonesa foi motivado pelo direcionamento de interesses da corte de Yamato, que estavam mais focados nas expedições militares.

O impulso real de alfabetização no Japão aconteceu no século seguinte, com a introdução oficial do budismo no território nipônico e com a reunificação do império chinês sob a dinastia Sui. Os fracassos das campanhas militares na península coreana fizeram com que a corte abandonasse as expedições contra Silla e se voltasse mais ao território japonês. Isso permitiu o retorno e a intensificação do processo de difusão da escrita na corte. O budismo teve um grande impacto nesse processo de alfabetização, à medida que textos sobre a religião budista entravam no Japão. Em 587, o Japão adotou o budismo como religião oficial do Estado, tirando o Japão do grupo de nações bárbaras para entrar no mundo espiritual do

---

<sup>48</sup> Wani chegou ao Japão no décimo sexto ano do reinado de Ôjin, com o cargo de tutor do príncipe da coroa (CRANSTON, 2009, p. 453-54).

leste asiático (CRANSTON, 2009, p. 456). Com interesse nos textos litúrgicos sobre o budismo, a corte japonesa ficou mais disposta a aprender a escrita chinesa.

O confucionismo foi introduzido no Japão antes do budismo. Como mencionado anteriormente, o estudioso coreano Wani trouxe consigo uma edição do *Analectos*. Apesar de não ter tido uma difusão mais profunda se comparada ao budismo, o confucionismo pertenceu ao quadro de influência no pensamento e na escrita japoneses.

Desde o início do século VII, houve um esforço da corte em produzir as primeiras obras literárias. O príncipe Shôtoku e Soga no Umako produziram, inspirado nas obras chinesas *Shin Chi* (Gravações de um historiador) e *Han Shu* (História dinástica dos Han), a primeira obra de historiografia japonesa. Infelizmente, a obra foi destruída provavelmente no incêndio na mansão dos Soga em 645 ou durante a guerra civil de 672 (CRANSTON, 2009, p. 458). Nos anos de 680, o imperador Tenmu ordenou a produção de uma nova obra historiográfica sobre o Japão, que décadas depois resultou em dois livros: *Kojiki* (712) e *Nihonshoki* (720).

A partir do que foi apresentado, então, podemos perguntar: a obra *Kojiki* teria uma forte influência da historiografia chinesa?

Segundo Cranston, o *Kojiki* tem menos influência chinesa se comparado ao *Nihonshoki*, mas isso não significa que essa obra tenha mais influência de uma historiografia própria japonesa (CRANSTON, 2009, p. 458). O *Kojiki* tem, em medidas proporcionais, o uso do mito, da lenda, do folclore, da poesia e das anedotas. Além disso, ele aponta que o uso das anedotas vai até o relato do rei Kensô, no terceiro livro (CRANSTON, 2009, p. 458). Este rei faleceu no ano de 487 d.C.

Do ponto de vista historiográfico, Cranston fala que o *Kojiki* é uma obra primitiva, pois seria um relato primitivo da história antiga e do mito, enquanto o *Nihonshoki* pretendia ser uma história moderna, mas contando também sobre os tempos antigos (CRANSTON, 2009, p. 458). O *Kojiki* tinha por objetivo afirmar a autoridade imperial, e Cranston aponta que o *Nihonshoki* segue um rumo diferente do *Kojiki*, neste aspecto, pois este pretende ser uma compilação da história “oficial” do governo japonês, enquanto o último contava a origem da dinastia imperial para evitar conflitos entre clãs pela autoridade de governo (CRANSTON, 2009, p. 459).

Se observarmos novamente os excertos citados neste capítulo, poderemos ver o uso de anedotas para a construção da história de um personagem. Jack Chen afirma que a origem das anedotas vem de relatos orais de uma rede de informações compartilhadas por uma comunidade. Por muitas vezes, a partir dessas informações compartilhadas, se poderia

angariar relatos da história particular de alguma pessoa conhecida pela comunidade. Essas histórias privadas poderiam ser casos amorosos (como visto nos excertos do casamento de Ôjin com a Yakawaehime) ou de conflitos familiares.

Além disso, dentro dessa influência da historiografia chinesa no *Kojiki*, pode haver embutidas algumas ideias do confucionismo. A obra *Analectos* pretendeu ser a história cronológica do império chinês. Confúcio entendia que a seleção de fatos era necessária e que muitos outros acontecimentos deveriam ser ocultados. O *Kojiki* permite essa interpretação sobre os acontecimentos. Alguns trechos deixam lacunas que permitem outros historiadores da época especular algum fato para o seu preenchimento.

Outro detalhe a ser considerado é a noção de tempo contida na obra. Como visto no primeiro capítulo, o *Kojiki* possui uma noção de que não há um começo e nem um fim, mesmo com a obra terminando no relato da imperatriz Suikô. Essa noção de tempo é semelhante à encontrada em algumas vertentes do budismo, e essa de um tempo cíclico sem começo nem fim permite a dilatação do tempo na obra. Mêncio (372-289 a.C.) disse, em sua obra *Gong Sûn Chôu*, que “Um rei próspero deve ter quinhentos anos”. Um monarca próspero é aquele que governa sabiamente e de maneira justa, um “governo pacífico sob o céu” (KATO, 2012, p. 36-37). É por isso que os reis do *Kojiki*, em sua maioria, viveram mais de cem anos, já que a prosperidade aumentaria a longevidade do rei, e a obra queria mostrar que estes reis eram prósperos.

Podemos dizer que hipótese está correta, pois há o uso das ideias da historiografia chinesa na produção do *Kojiki*. O Japão, desde a sua formação até o fim do período Nara, sempre manteve contato direto com a cultura chinesa. Mesmo no período dos cinco reinos da China, o Japão recebia o contato da cultura chinesa através do reino Paekche, da península Coreana. A entrada do budismo no território japonês fortaleceu a influência da cultura chinesa no Japão, pois retomou o processo de alfabetização da corte japonesa que havia parado no meio do século V.

Logo, o *Kojiki* é uma obra com uma forte influência da historiografia chinesa. Projeto iniciado em meados dos anos 680 e concluído em 712, o *Kojiki* é o resultado de esforços da corte na produção de literatura sobre a história do povo japonês. Assim com as obras chinesas *Shin Chi* e *Han Shu*, a obra tinha por objetivo legitimar o poder imperial, contando a origem da dinastia imperial como descendente dos deuses japoneses. A escolha pelo uso de deuses do *Shinto* pode ser interpretada pela maior aceitação entre os clãs japoneses, pois o *Shinto* é uma religião mais antiga e mais enraizada na sociedade nipônica naquele período, mesmo com a grande adesão da corte ao budismo.

## Considerações Finais

Neste trabalho, foi analisado o segundo livro do *Kojiki* para compreender como a historiografia chinesa causou impacto na historiografia japonesa. Foi desenvolvida a hipótese de que o interesse pelo passado estaria relacionado às influências chinesas na cultura japonesa do período, pois essa influência sobre o pensamento japonês em relação à história pode ser vista em meados do século VII, quando a corte começou a se interessar pelo passado, assim como os chineses.

No primeiro capítulo, vimos os conceitos de tempo e escrita nas narrativas históricas do Extremo Oriente. No segundo, tivemos um panorama histórico sobre o período que compreende a formação do reino Yamato, entre os anos 250 e 300 d.C., até o ano da compilação completa do *Kojiki* em 712. Nesse período histórico, nós acompanhamos a formação e desenvolvimento do Estado japonês no século IV, o apogeu e as incursões marítimas do século V e a crise que afetou a estrutura do governo no século VI. Vimos a chegada e a disseminação do budismo e das escrituras chinesas no século VII, acompanhadas pelas Reformas de Taika e pela Guerra Civil de 672. Encerrando esse contexto histórico chegamos à compilação do *Kojiki*.

O terceiro e último capítulo foi dedicado à análise do segundo livro, que aborda a primeira linha de reis japoneses. Lemos alguns excertos para ter uma compreensão da obra e dos reis narrados. Após isso, elaboramos uma análise para o entendimento do uso da historiografia chinesa na obra. O processo de letramento da corte, iniciado no século V e retomado no século seguinte, contribuiu para a difusão da sabedoria chinesa no Japão. Além disso, o budismo e o confucionismo foram parte fundamental na elaboração do pensamento japonês por ter oferecido conceitos que contribuíram para a sua construção. No final da análise, concluímos que a “distorção” do tempo encontrado no *Kojiki* faz parte do conjunto de conhecimentos chineses, entre eles o conceito de tempo do budismo, a teoria historiográfica oferecida pelo confucionismo e o uso de anedotas para a construção das figuras monárquicas japonesas.

O *Kojiki* apresenta reis “lendários” com poucas informações e são construídos com base de anedotas de reis “reais”, com a intenção de criar uma linhagem genealógica real antiga, descendente dos deuses do Shinto. O rei Jinmu é um personagem construído a partir da imagem do rei Sujin, por ele ter sido o primeiro rei de Yamato. Mas podemos concordar que os relatos do rei Ôjin contribuíram para a construção da lenda do rei Jinmu, pois Ôjin foi

um rei importante para a história do Japão. Os relatos dos outros oito reis “lendários” não contêm anedotas, mas árvores genealógicas.

Os reis “reais” são narrados em várias situações. Lemos excertos de narrativas de guerra, da saudade da terra natal, de conversas deles com o *kami* e também de casos amorosos. Esses relatos trazem mais detalhes da vida desses reis, pois são construídos em cima de anedotas oriundas de uma rede de informações compartilhadas entre a comunidade do reino. Portanto, a caracterização de reis como Sujin como “reais” não é apenas pelo que pesquisadores da história japonesa apontaram através de suas pesquisas, como vimos através deste trabalho, mas é também assim caracterizado por ter um conjunto de informações oferecidas pelas anedotas que nos permitem entender as suas trajetórias.

Esse tipo de conhecimento é de origem chinesa, que chegou ao Japão através dos contatos entre Yamato e os reinos do continente. O conhecimento chinês estimulou o interesse da corte japonesa pelo passado, pela necessidade de conhecer a origem do povo japonês. Houve tentativas de reconstrução da história japonesa anteriores ao *Kojiki*, como o livro produzido por Shôtoku e Soga no Umako.

O *Kojiki* é menos “chinês” que o *Nihonshoki*. Mesmo assim, ele tem uma forte influência da escrita da história chinesa, pois os relatos contidos nele foram construídos com base em anedotas. A presença de poesias permite-nos entender que o *Kojiki* foi construído também com base em relatos orais. Foram relatos passados oralmente por uma rede de informações compartilhadas pela comunidade de Yamato, ou que poderíamos dizer que seria uma rede de “especulações”.

O *Kojiki* foi um ensaio para a construção da historiografia japonesa. Foi um experimento que provocou um choque entre a escrita chinesa e japonesa, pois o prefácio está escrito em chinês clássico e o resto da obra em japonês (*man'yôgana*). Ao mesmo tempo, o *Kojiki* é uma obra fascinante por incorporar uma série de elementos que constituem o mito, o folclore e a cultura japonesa – uma obra que aspira a legitimar a história e a identidade do povo japonês, construída sobre as bases do conhecimento chinês.

## Referências

### Fonte Primária

MIETTO, Luís Fábio Marchesoni Rogado. *Kojiki* ou “Relatos de Fatos do Passado”. Apresentação com Notas Analíticas da Mais Antiga Crônica Histórica Japonesa do Século VIII. 1996. Dissertação (Mestrado em História Social) – USP, 335f.

### **Outras fontes**

BEASLEY, W. G. *The Japanese Experience: a short History of Japan*. Los Angeles: University of California Press, 2000.

BROWN, Delmer M. The Yamato kingdom. In: *The Cambridge History of Japan: Volume 1 Ancient Japan*. Cambridge: Cambridge University Press, 2009.

CARDOSO, Irene. Narrativa e história. *Tempo Social*. v. 12. n. 2. São Paulo, 2000.

CHEN, Jack W. Blank Spaces and Secret Histories: Questions of Historiographic Epistemology in Medieval China. In: *The Journal of Asian Studies*. Cambridge, Cambridge University Press, 2010.

CRANSTON, Edwin A. Asuka and Nara culture: literacy, literature, and music. In: *The Cambridge History of Japan: Volume 1 Ancient Japan*. Cambridge: Cambridge University Press, 2009.

CUNHA, Andrei. SHIMON, Meiko. História da Literatura Clássica Japonesa, Parte I. In: *Brasil Nikkei Bungaku*. n. 45. nov. 2013. São Paulo: Associação Cultural Nikkei Bungaku do Brasil, 2013. p. 35-44.

FAIRBACK, John King. GOLDMAN, Merle. *China: uma nova história*. Porto Alegre: L&PM Editores, 2008.

FRÉDÉRIC, Louis. *O Japão: dicionário e civilização*. São Paulo: Editora Globo, 2008.

HENSHALL, Kenneth. *História do Japão*. Lisboa: Edições 70, 2011.

KATO, Shuichi. *Tempo e espaço na cultura japonesa*. São Paulo: Estação Liberdade, 2012.

KIDDER JR., J. Edward. The earliest societies in Japan. In: *The Cambridge History of Japan: Volume 1 Ancient Japan*. Cambridge: Cambridge University Press, 2009.

KOJIRO, Naoki. The Nara state. In: *The Cambridge History of Japan: Volume 1 Ancient Japan*. Cambridge: Cambridge University Press, 2009.

LEENHARDT, Jacques; PESAVENTO, Sandra (org.) *Discurso histórico e narrativa literária*. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1998.

LEVI-STRAUSS, Claude. *A outra face da Lua*. Escritos sobre o Japão. São Paulo: Companhia das letras, 2012.

MIETTO, Luís Fábio Marchesoni Rogado. Estudos contrastivo da imagem da morte através da leitura das narrativas históricas gregas e japonesas. *Estudos Japoneses*. n.14. pp. 43-62, 1994.

MIETTO, Luís Fábio Marchesoni Rogado. Estudos preliminares acerca do processo de elaboração da obra *Kojiki*. *Estudos Japoneses*, n.13. pp. 99-109, 1993.

MIETTO, Luís Fábio Marchesoni Rogado. O *Kojiki* e o Universo Mitológico Japonês da Antiguidade. *Estudos Japoneses*, n.15, pp. 67-94, 1995.

MITSUDADA, Inoue. BROWN, Delmer W. The century of reform. In: *The Cambridge History of Japan: Volume 1 Ancient Japan*. Cambridge: Cambridge University Press, 2009.

MOSCATELI, Renato. A narrativa histórica em debate: algumas perspectivas. *Revista Urutágua*. n. 06. Maringá: Ed. da UEM, 2004.

POCESKI, Mario. Introdução às religiões chinesa. São Paulo: Editora Unesp, 2013.

RICOEUR, Paul. *Tempo e narrativa*. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010. Vol. 3.

ROBERTS, J. A. G. História da China. Lisboa: Edições texto & grafia, 2012.

SUZUKI, Tae. A Era Nara e o Comportamento. *Estudos Japoneses*, n. 11. pp. 121-140, 1991.

TAKESHI, Matsumae. Early kami worship. In: *The Cambridge History of Japan: Volume 1 Ancient Japan*. Cambridge: Cambridge University Press, 2009.

TRAUTMANN, Thomas R. Does India Have History? Does History Have India? In: *Comparative Studies in Society and History*, 2012.

WHITE, Hayden. Teoria literária e escrita da história. *Estudos históricos*. Vol. 7, n. 13, 1991, p. 21-48.